

ADRIANA ARAÚJO PASSOS

**COMPREENSÃO DO JORNAL SEM TERRA
PELA TEORIA DA AÇÃO COMUNICATIVA**

Tese apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, para obtenção do título de “Magister Scientiae”.

VIÇOSA
MINAS GERAIS - BRASIL
MARÇO - 2000

ADRIANA ARAÚJO PASSOS

**COMPREENSÃO DO JORNAL SEM TERRA
PELA TEORIA DA AÇÃO COMUNICATIVA**

Tese apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, para obtenção do título de “Magister Scientiae”.

APROVADA: 19 de novembro de 1999.

France Maria Gontijo Coelho

Maria Izabel Vieira Botelho

José Benedito Pinho
(Conselheiro)

Antônio Luiz de Lima
(Conselheiro)

José Norberto Muniz
(Orientador)

Ao meu pai que se foi, deixando em mim, além da saudade, o exemplo de que as dificuldades jamais devem servir como pretexto para que se desista de uma caminhada. E ao meu avô Geraldo, minha eterna referência rural.

AGRADECIMENTO

Apesar do processo solitário de reflexão promovido por uma tese, a sua construção não seria possível se não fossem a família, os amigos e até mesmo os “desconhecidos”, que surgem no meio do caminho e que acabam se transformando em suportes fundamentais no direcionamento da nossa imaginação.

Agradeço ao João e ao Pedro, pela paciência e, até mesmo, pela impaciência que, tantas vezes, me fizeram ver que a tese acadêmica não pode anular uma outra construção: a da vida familiar harmoniosa.

À minha mãe, Maria Helena, pelo apoio e pelas lições de fé que, ao longo da vida, têm ajudado a tornar os meus sonhos possíveis.

À minha outra mãe, Nenem, pelo incentivo e confiança.

À minha irmã Aline, pelo exemplo, e aos meus irmãos Márcio e Marcelo, pelo afeto.

Aqueles “desconhecidos”, que ficarão eternamente guardados como grandes amigos: Andréa, Marluce, Malu, Luiz, Vânia Beatriz, Graça e Rosângela.

Às professoras France e Izabel, pelo reconhecimento e valorização do meu trabalho.

Aos conselheiros Pinho e Lima, pelas reflexões provocadas.

Ao orientador Norberto, por acreditar nas minhas idéias e saber orientá-las com confiança e tranquilidade.

Agradeço, fundamentalmente, a Deus e à Santa Rita de Cássia, por terem colocado no meu caminho pessoas tão valiosas.

BIOGRAFIA

ADRIANA ARAÚJO PASSOS, filha de Octacílio Pereira Passos e Maria Helena Araújo Passos, nasceu em 12 de junho de 1962, no município de Juiz de Fora (MG).

Em 1985, graduou-se pela Universidade Federal de Juiz de Fora, no curso de Comunicação Social, com habilitação em Jornalismo.

De 1986 a 1992, trabalhou como jornalista, no Rio de Janeiro, na revista Diretor Lojista, editada pela Confederação Nacional dos Diretores Lojistas.

Em 1992, retornou à Juiz de Fora como assessora de comunicação de diversos eventos empresariais da cidade e responsável pela publicação de periódicos institucionais.

Em 1995, mudou-se para Viçosa, dando continuidade ao seu trabalho como jornalista autônoma, apesar de ter sido aprovada num concurso realizado pela prefeitura da cidade para ocupar o cargo de assessora de comunicação.

Até 1996, ano em que ingressou no mestrado em Extensão Rural, editou alguns jornais de prefeituras próximas à Viçosa e uma série de vídeos, encomendados pelo Programa de Desenvolvimento da Pecuária Leiteira – PDPL – à TV Viçosa.

Atualmente, é colaboradora do Jornal da UFV, editado pela Coordenadoria de Comunicação Social da Universidade Federal de Viçosa e trabalha como redatora de sites elaborados pela Agromídia.

CONTEÚDO

	Página
EXTRATO	viii
ABSTRACT	x
1. INTRODUÇÃO	1
1.1. Antecedentes históricos	6
1.2. Política de comunicação	10
2. O PROBLEMA	13
3. OBJETIVOS	20
4. REFERENCIAL TEÓRICO	24
5. METODOLOGIA	37
6. O JORNAL SEM TERRA	40
6.1. A construção de um veículo de informação	40
6.2. A expressão de um entendimento	42
6.2.1. Estados e América Latina	51
6.2.2. Liderança	58

	Página
6.3. A continuidade do processo de entendimento	61
6.4. A luta pelo direito de comunicar	76
7. RESUMO E CONCLUSÕES	78
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	81
APÊNDICE	85

EXTRATO

PASSOS, Adriana Araújo, M.S., Universidade Federal de Viçosa, março de 2000. **Compreensão do Jornal Sem Terra pela teoria da ação comunicativa.** Orientador: José Norberto Muniz. Conselheiros: José Benedito Pinho e Antônio Luiz de Lima.

Este trabalho foi construído com o pressuposto de que as manifestações de protesto coletivo realizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra não podem ser consideradas como fatos isolados e espontâneos, sem que se leve em conta o processo de aprendizagem que as conduzem. É a partir da Teoria da Ação Comunicativa, desenvolvida pelo filósofo alemão Jürgen Habermas, que se procura desvendar o aprendizado que, de certa forma, tem motivado ou fundamentado as ações dos sem-terra. Apesar de esta teoria ser utilizada com mais frequência em análises que privilegiam a fala dos sujeitos, verificou-se a existência de alguns vieses que puderam associá-la ao **Jornal Sem Terra**, o mais antigo veículo de comunicação do MST. Esta associação permitiu revelar, através do registro impresso, alguns elementos em torno dos quais solidificou-se a identidade e, conseqüentemente, a organização dos sem-terra - dois aspectos que estão diretamente relacionados à construção de um entendimento comunicativo que, segundo a perspectiva teórica adotada, foi capaz de fortalecer a interação entre os trabalhadores rurais e coordenar as suas ações. O **Jornal Sem Terra** se

coloca aqui como um dos canais de expressão e comunicação mantidos pelo MST que expressam a ação comunicativa e dão continuidade ao processo interativo que originou o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. O registro que o Jornal faz dos fatos, bem como as críticas e questionamentos que ele promove em relação aos valores institucionalizados no País ajudam a construir uma razão comunicativa que o MST lança mão para aumentar a integração entre os seus militantes e com a sociedade. É especialmente a partir da década de 90, que esta razão se expõe com mais ênfase, permitindo à sociedade fazer uma revisão sobre o significado da “luta” pela terra, que está diretamente relacionada ao que Habermas denomina como “mundo vivido” dos trabalhadores rurais. Ou seja, à sua cultura, à sua experiência e à sua prática cotidiana.

ABSTRACT

PASSOS, Adriana Araújo, M.S., Universidade Federal de Viçosa, March 2000.
Understanding the Landless Newspaper through communicative action theory. Adviser: José Norberto Muniz. Committee Members: José Benedito Pinho and Antônio Luiz de Lima.

This work was built with the presupposition that the collective protest manifestations accomplished by the Landless Workers Movement cannot be thought as isolated and spontaneous facts, without taking into account the learning process that drives them. From the Theory of the Communicative Action, developed by the German philosopher Jürgen Habermas, this work tries to reveal the learning process that, in a certain way, has been motivating or based the actions of the landless. In spite of this theory to be used more frequently in analyses that privilege the speech of the subjects, it was observed the existence of some bias that could associate it to the Landless Newspaper, the oldest media of Landless Workers Movement. This association allowed to reveal, through the printed issues, some elements on which it solidified the identity and, consequently, the organization of the landless – two aspects that are directly related to the construction of a communication understanding that, according to the adopted theoretical perspective, it was capable to strengthen the interaction among the rural workers and coordinate their actions. The Landless Newspaper is placed here as one of the expression and

communication channels maintained by Landless Workers Movement, that express the communication actions and give continuity to the interactive process that originated that Movement. The factual coverage that the Newspaper does, as well as the critics and questionings that it promotes about the institutionalized values in the Country help to build a communication reason that Landless Workers Movement carries to increase the integration among its militants and the society. It is especially starting from the decade of 90, that this reason is exposed with more emphasis, allowing the society to make a revision of the meaning of the “struggle” for the land, that is directly related to what a Habermas calls the rural workers “lifeworld”. That is to say, to their culture, experience and daily practice.

1. INTRODUÇÃO

A mobilização de trabalhadores rurais não é um fenômeno novo na história social do Brasil. Ela reproduz um sonho secular por melhores condições de vida e de trabalho que, poucas vezes, veio à tona com a legitimidade e a abrangência necessárias para despertar uma sociedade que teve, essencialmente, como referência histórica o desenvolvimento urbano. Uma sociedade que, graças a uma versão herdada dos vencedores do processo histórico, durante muito tempo pensou o trabalhador rural como “...passivo, submisso, cordato, incapaz de formular seus próprios interesses e de lutar por eles” (MEDEIROS, 1989:11).

Esta visão sugere que, embora as lutas sociais no campo tenham estado sempre presentes no cenário brasileiro, por muito tempo elas ficaram à margem do conhecimento de uma parcela significativa da população. Esse fato poderia estar associado, em linhas gerais, às ações dispersas e localizadas que caracterizavam aquelas lutas, bem como às estratégias governamentais, no sentido de impedir a sua visibilidade pública.

Do século XVII - quando registraram-se os primeiros movimentos para a libertação dos escravos - ao século XX, foram muitas as formas de organização no campo, assim como de princípios que nortearam as suas ações (WARREN, 1996:65). Contudo, pelo que indicam os registros e as análises históricas, nenhuma dessas organizações foi capaz de chamar tanto a atenção da sociedade para os problemas do campo como vem fazendo o MST

(Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra), nesta última década. E nem tampouco, congregar tantos e diferentes adeptos a uma causa, conforme ficou constatado na “Caminhada de Brasília”, realizada entre fevereiro e abril de 1997.

Obviamente, estes fatos são decorrentes de um processo de democratização que possibilita a expressão dos conflitos e contradições de uma sociedade. Porém, não se pode restringir a compreensão do poder de mobilização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra apenas ao contexto político do País. Ao se fazer isso, corre-se o risco de perder de vista um sujeito histórico que, através de sua organização, traz à tona uma variedade de elementos importantes para que se discutam conceitos sociológicos, políticos, éticos e até mesmo comunicativos.

Neste sentido, entende-se que a visibilidade pública conquistada pelo MST não deve ser associada apenas ao regime político do País. Ela também é conseqüência da estruturação e organização do Movimento, que foram pautadas na construção de um entendimento alcançado comunicativamente entre os sem-terra, que possibilitou-lhes conhecer melhor a sua realidade e despertar, de forma coletiva, o desejo de mudança.

Em toda a sua história, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra sempre se preocupou em manter um freqüente e crescente inter-relacionamento entre seus integrantes, seja de maneira direta, seja mediado por instrumentos comunicativos. Ao mesmo tempo, ele é responsável por ações como acampamentos, ocupações de terras e caminhadas que, no contexto da comunicação, deixam de ser vistas apenas como instrumentos de pressão para também se tornarem elementos comunicativos.

Com base nestas observações, torna-se pertinente um estudo que tenha como objeto central algumas das principais práticas comunicativas adotadas pelo MST por considerar a capacidade que têm de ampliar o nível de reflexão dos sem-terra, promovendo a sua interação e, com isso, a construção de uma identidade moral comum.

O argumento de WARREN (1996:25), no sentido de que as perspectivas de análise dos movimentos sociais para os anos 90 devem considerar o papel das tecnologias de informação e dos meios de comunicação de massa, é a mola propulsora deste trabalho que procura associar a

articulação interna do MST ao desenvolvimento de um conjunto de ações comunicativas. Ações que não só recolocaram o tema “reforma agrária” no centro das preocupações políticas do País, mas que, indiretamente, são também responsáveis pela disseminação do Movimento junto à sociedade brasileira que, em 1996, considerou-o como a quarta instituição nacional com maior credibilidade, segundo pesquisa realizada pelo Instituto Vox Populi.

Fundamentado em HABERMAS (1988), este estudo assimila a idéia de que a ação comunicativa refere-se à interação de pelo menos dois sujeitos que, através da sua capacidade de linguagem e de ação, buscam entender-se sobre uma situação, a fim de coordenarem, em comum acordo, os seus planos. Assim, os seus principais objetivos seriam alcançar o entendimento, no sentido de um processo de interpretação cooperativo, e permitir o estabelecimento de relações com o mundo.

A ação comunicativa estaria relacionada, portanto, à capacidade dos atores de estabelecerem diálogos, discussões e questionamentos dos valores e normas vigentes. O que, na concepção de HABERMAS (1988), acontece de forma mais eficiente na dimensão de sociedade a qual denominou, de maneira husserliana¹, de mundo vivido, em que se leva em conta os aspectos culturais e sociais de um grupo. Diferente da visão sistêmica de sociedade, que exclui o diálogo e coloca o dinheiro e o poder como linguagem universal, o mundo vivido é regido pela razão comunicativa e, por isso, prevê maior integração social.

A proposição de HABERMAS (1988) de que um movimento social pode representar a preservação das estruturas comunicativas ancoradas no mundo vivido (COSTA, 1997:189) contribui para que esta pesquisa traga à ciência uma nova interpretação sobre a organização e a articulação do MST. O que se defende aqui é que estes dois aspectos não devam ser, apenas, considerados como resultantes das contradições geradas no plano econômico e nem como conseqüências óbvias da democratização do País, mas sobretudo como resultado da construção de um entendimento comunicativo, que permitiu aos trabalhadores sem-terra “...tomar consciência de seus direitos, elaborar uma

¹ Termo relacionado ao filósofo Edmund Husserl.

identidade social e obter o aprendizado prático de como se unir, organizar, participar, negociar e lutar” (TARELHO, 1988:159).

Ao se trabalhar nesta perspectiva de interpretação, o que se busca é a compreensão de um dos aspectos que promovem a articulação do MST e uma percepção mais clara sobre a maneira como a comunicação parte de um grupo social e chega até à sociedade. Acredita-se que a visibilidade pública alcançada pelo Movimento esteja diretamente relacionada à interação de seus integrantes, promovida por um conjunto de ações comunicativas que vêm se desenvolvendo ao longo de quase duas décadas.

Entre essas ações destacam-se as reuniões promovidas nos anos 70, principalmente por alguns setores da Igreja, que possibilitaram aos trabalhadores rurais as primeiras discussões e reflexões em torno de sua realidade; as escolas dirigidas pelo Movimento que optaram por desenvolver uma pedagogia diretamente relacionada aos problemas vividos no meio rural; a elaboração de cartilhas e cadernos de formação e a realização de congressos e encontros estaduais e nacional, que promovem um inigualável intercâmbio de experiências.

Porém, se o entendimento e o estabelecimento de relações com o mundo são os objetivos principais de uma ação comunicativa, eles ganham uma nova dimensão com o surgimento dos veículos de comunicação, que têm o poder de remover as barreiras que limitam este tipo de ação. Habermas reforça este argumento quando afirma que

“a escrita, a imprensa e os meios eletrônicos de comunicação emancipam os atos de fala de suas restrições espaço-temporais que seu contexto lhe impõe e podem ser recebidos em contextos multiplicados...” (ALBUQUERQUE, 1986:260).

Baseado nesta observação, optou-se por restringir este estudo às práticas de comunicação utilizadas e produzidas pelo MST que têm a característica e, ou, a possibilidade de ampliar os atos de fala dos trabalhadores rurais. Como elemento principal para esta análise buscou-se o **Jornal Sem Terra**, o mais antigo meio de comunicação do Movimento que, através da sua dupla função de informar e formar, tem impulsionado a integração social e alimentado a história interna (mundo vivido) dos sem-terra. Isso porque abre espaço à tematização de problemas vivenciados no cotidiano

rural, permite o conhecimento mais ágil de uma realidade e a tomada de uma posição crítica em relação ao discurso dominante.

Como principal artefato de análise, o **Jornal Sem Terra** se coloca aqui como referência para que se contextualize uma discussão recente dentro do MST: a implantação de uma política de comunicação. É a partir dessa discussão, iniciada em 1995, que o Movimento opta por criar uma revista e um site na Internet com o objetivo de levar à sociedade informações mais precisas sobre a sua “luta”. Objetivo que, inclusive, é compartilhado pelas ações coletivas de protesto que vêm se mostrando como uma das poucas, senão a única, formas de diálogo mantida com o Governo e com a sociedade.

A abordagem proposta por este trabalho se afasta da análise sociológica de um movimento social e do estudo histórico da questão agrária no País. Ela se limita ao entendimento da construção de uma racionalidade através da utilização de instrumentos comunicativos, principalmente do **Jornal Sem Terra**, em torno do qual centraliza-se a discussão que aqui se apresenta. É a partir dele que se procura também inserir como elemento de análise as manifestações de protesto coletivo - aqui representadas pela “Caminhada de Brasília” - que, nos últimos anos, exerceram um papel preponderante não só para que o Movimento estabelecesse uma interação com a sociedade, mas também para que repensasse a sua comunicação.

A escolha destes dois instrumentos se justifica pela pressuposição de que ambos são processos transformadores de interações e, por isso, pertencentes ao domínio da comunicação. Uma comunicação que não pode ser tratada apenas sob o enfoque estratégico ou, conforme RODRIGUES (1990:56) “...como dispositivos calculados de racionalidade técnica, relegando para o domínio individual o prosseguimento das funções totalizantes da experiência”, mas sim como um processo que permite a construção de “...solidariedades fundamentadas pela partilha de um território comum” (RODRIGUES, 1990:56).

Tanto o Jornal como as manifestações de protesto coletivo trazem consigo esta característica. Ou seja, cumprem o papel de transformar em coletivo as experiências e as angústias dos sem-terra, que poderiam ser vislumbradas individualmente. O fato de ampliarem a voz dos trabalhadores rurais e abrirem espaço para que eles se expressem, dá margem para que

sejam interpretados como exemplos de ação comunicativa. Até porque ambos utilizam, embora de maneira diferenciada, a linguagem como meio de entendimento mútuo e de consenso.

Considera-se o **Jornal Sem Terra** como objeto relevante para o estudo proposto, pelo fato de ele sintetizar o aprendizado político no qual estão inseridos os integrantes do MST. E como tal, é capaz de promover uma compreensão sobre a racionalidade que foi sendo construída pelo Movimento ao longo da década de 90 e que não pode ser dissociada de suas ações que, especialmente, entre os anos de 1995 e 1997, alcançaram maior visibilidade pública. Além disso, ele permite que se interprete as manifestações de protesto coletivo, bem como as ocupações de terras, intensificadas no período mencionado, do ponto de vista interno de uma organização que vem sendo considerada “...o maior movimento popular do Brasil nos anos 90” (GOHN, 1997a:305).

1.1. Antecedentes históricos

Segundo WARREN (1996:65), para se entender melhor os movimentos sociais, deste século, no campo, é importante estabelecer a seguinte periodização:

1. ocorrência de movimentos sociais que se organizaram até o Golpe de 64;
2. período de refluxo, durante a repressão militar às manifestações da sociedade civil, ocorridas nas décadas de 60 e 70;
3. retomada das manifestações e novas formas de organizações camponesas a partir da segunda metade da década de 70.

Entre as organizações surgidas neste terceiro período (1979) está o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra que, conforme STÉDILE (1997a:103), “...sempre se considerou como herdeiro das Ligas Camponesas existentes nas décadas de 50 e 60”. Inicialmente, restrito aos Estados da Região Sul, São Paulo e Mato Grosso do Sul, o MST se estruturou como uma organização de caráter nacional a partir de 1984. Mas foi no ano seguinte, após o I Congresso Nacional dos Trabalhadores Sem-Terra, realizado em Curitiba (PR), que o Movimento ganhou novo impulso.

A presença de 1.500 delegados de todos os Estados sinalizou a consolidação do MST e trouxe consigo o reconhecimento da necessidade de transferência definitiva da sede da Secretaria Nacional do Rio Grande do Sul para São Paulo, dando início a uma nova etapa de sua história. Uma etapa que coincide com a posse do primeiro presidente civil, após anos em que o País esteve sob a “égide” do governo militar, e que é marcada por novas definições organizacionais do MST no sentido de solidificar a articulação nacional dos trabalhadores rurais. E, porque não, de enfrentar as forças políticas contrárias à reforma agrária, entre elas a UDR (União Democrática Ruralista), que naquele momento começavam a se organizar.

De acordo com FERNANDES (1996:65-68), *“o MST nasceu em um processo de enfrentamento e resistência contra a política de desenvolvimento agropecuário instaurada durante o regime militar”* em consequência dos *“...limites que as estruturas convencionais das instituições envolvidas na luta pela terra enfrentavam”*.

Autodefinido como uma “articulação de lavradores dentro do Movimento Sindical”, o MST é, na opinião de GRZYBOWSKI (1991:22), *“...o que apresenta maior grau de articulação interna entre os movimentos de luta pela terra...”*. Para TORRENS (1994:145), o MST

“...constitui-se na organização que efetivamente se consolidou com uma estrutura capaz de expressar os interesses coletivos de uma considerável parcela dos trabalhadores do campo que se encontram excluídos e marginalizados, enfim, relegados pelo capital a uma categoria social destituída de seus direitos e de sua cidadania”.

Esta estrutura destacada por Torrens relaciona-se às inovações trazidas pelo MST no que diz respeito à organização e ao encaminhamento de sua luta que prevê novas iniciativas de protesto coletivo como acampamentos e caminhadas e a retomada das ocupações de terra, utilizadas antes de 1964. Enfim, de novas estratégias que acabaram caracterizando-o como um “novo movimento social” ou uma “nova forma de organização no campo” (WARREN, 1996:68) que, em linhas gerais, tem como propostas a centralidade da luta por uma cidadania integral e a ampliação da participação de suas bases.

Estes dois aspectos intrínsecos aos “novos movimentos sociais” tornam-se possíveis a partir da construção de um processo de interação entre os seus integrantes. A partir, portanto, do entendimento sobre uma situação

que, no caso específico do MST, começa a ser buscado através das reuniões promovidas pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) que se constituíram naquilo que TARELHO (1988) definiu como “espaço comunicativo”.

As reuniões permitiram não apenas o restabelecimento do processo comunicativo e do discurso político - objetivando a construção de uma identidade coletiva - como também o reconhecimento dos sujeitos como cidadãos de um empreendimento comum. Sem falar que contribuíram para que se retomasse a comunicação que, no final da década de 70, encontrava-se deformada pelo poder, já que ele impedia “...a *problematização discursiva das normas e instituições vigentes*” (TARELHO, 1988:4).

Na concepção de FERNANDES (1996:228), o espaço comunicativo seria “...a *primeira dimensão do espaço de socialização política construída no processo de organização social*”. Afinal, “*é na reunião que os sujeitos se comunicam, se revelam e se identificam como aliados*” (TARELHO, 1988:104), permitindo, assim, que iniciem um processo de conhecimento através da linguagem. Ou que iniciem a construção de uma ação comunicativa que utiliza a linguagem como fonte de integração social e não como simples meio para a transmissão de informações.

Com a intenção de fortalecer ainda mais o entendimento e a coesão de seus integrantes, o MST foi, com o tempo, se apoderando de novos instrumentos de comunicação, além das reuniões. Estratégias como acampamentos e ocupações de terras ressurgem no cenário nacional com um forte apelo comunicativo pelo fato de “...*trazerem a público maneiras de pensar, maneiras éticas de conversar, fazer alianças etc. Enfim, tornando público o espaço comum das ações e dos dizeres constitutivos*” (FERNANDES, 1996:238).

Os “tradicionais” veículos de comunicação também passam a ser reconhecidos como elementos importantes para a formação de uma integridade social. Mesmo antes de se tornar uma organização nacional, em 1984, o MST já editava um boletim informativo, mimeografado, que tinha como objetivo básico levar às famílias acampadas informações sobre as negociações que estavam sendo encaminhadas e sobre a repercussão de suas “lutas” na sociedade.

Com o crescimento organizacional do MST, este boletim se reestruturou, ganhando o perfil de um Jornal – **Sem Terra** - que até 1995, se manteve como “...*único meio permanente, garantido, com regularidade e de alcance nacional que o Movimento contava...*”². Atualmente, com uma tiragem de 28 mil exemplares, distribuídos através de assinaturas, ele tem a sua importância dividida com outros veículos de comunicação, entre eles o rádio, cujas dificuldades legais e estruturais que lhe são impostas pelo sistema de concessão, conseguem ser superadas através de 10 programas que o MST mantém nos Estados do Rio Grande do Sul, Bahia, São Paulo, Ceará, Pernambuco, Piauí e Rio Grande do Norte.

A política comunicativa, que desde 1995 está sendo trabalhada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, obriga-o a repensar todas as ações adotadas até então. E ao fazer isso, ele põe em discussão o modelo de comunicação implantado no País, o seu relacionamento com a mídia em geral, a integração dos sem-terra e a conquista definitiva da sociedade pela sua “luta”.

*“Nós queremos avançar no aspecto da comunicação para que nossa base social seja mais bem informada, mas ao mesmo tempo queremos ter um alcance maior junto à sociedade por considerarmos que a reforma agrária é uma luta de todos...”*³

O lançamento, em 1997, de um site na Internet e de uma revista trimestral, com tiragem de 3 mil exemplares, são exemplos de que esta meta começa a ser alcançada. Ao mesmo tempo são indícios de que a comunicação desenvolvida e trabalhada pelo MST o faz assumir, neste aspecto específico, uma posição peculiar se comparado a outros movimentos sociais brasileiros. A sua atual estrutura de comunicação e informação é única na história do País, quando se pensa em organizações que envolvem trabalhadores rurais. No entanto, ela se assemelha a de outros movimentos sociais latino-americanos que, conforme GOHN (1997 a:238) caracterizam-se por um contraste em suas estratégias que “...*variam de ações violentas a formas de ação modernas, com*

² Informação obtida durante entrevista realizada pela autora com Neuri Rosseto, responsável pelo setor de comunicação social do MST.

³ Ibidem.

uso de meios avançados de comunicação, como os computadores, a Internet e a mídia...”

1.2. Política de comunicação

A fase iniciada pelo Congresso de Curitiba que, na verdade, caracterizou um segundo momento na história do MST, já que até então ele apresentava-se como uma organização regional, se estendeu até 1989. Daquele ano até 1994, identifica-se um novo período para o Movimento que passa a intensificar os trabalhos de formação e de organização interna, apesar da forte repressão política à luta pela terra (CALDART e KOLLING, 1997:232). Foi nessa época, por exemplo, que se fortaleceram as ações na área de educação e que se implementaram as formas cooperativas de trabalho nos assentamentos.

Até 1994, as estratégias do MST eram quase que exclusivamente direcionadas para os aspectos referentes à sua organização interna. A partir de 1995, mais precisamente após o III Congresso Nacional do Movimento, inicia-se uma nova etapa de sua história com o reconhecimento da necessidade de se sair do “casulo” e incluir o mundo externo nas suas ações. A aprovação do lema “Reforma agrária, uma luta de todos” exemplifica essa nova consciência e traz consigo os desafios do seu conteúdo e a adoção de novas formas de luta.

“Ao contrário do período anterior, a tendência tem sido um movimento para fora (mesmo que persistam e até aumentem os desafios e as iniciativas de consolidação da organicidade interna); ou seja, a busca de aliados para a luta pela reforma agrária e o conseqüente interesse e reconhecimento do conjunto da sociedade pelas várias dimensões do trabalho que o MST realiza...” (CALDART e KOLLING, 1997:232).

É sob essa nova perspectiva que têm início as primeiras discussões em torno da criação de uma política de comunicação própria do Movimento, na tentativa de fazer valer o seu direito de comunicar. O documento “Por uma política de comunicação do MST” (1995) assume o caráter processual desta iniciativa que se coloca num plano distinto das tomadas de decisões ou encaminhamentos pontuais.

Isso porque envolve não só o questionamento de uma estrutura comunicativa imposta, há décadas, à sociedade brasileira, como também uma

definição mais clara sobre os aspectos que irão compor essa política de comunicação. Para o MST, uma política dessa natureza relaciona-se a

“...um conjunto de normas, regras e procedimentos que, harmonizados e coerentes, contribuem para a consolidação da identidade de uma organização junto à sua base social e à sociedade” (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM-TERRA - MST, 1995:9).

Antes de formalizá-la, o Movimento considera essencial: definir a imagem e a mensagem que deseja passar à sociedade; reestruturar e reorganizar alguns setores para atender demandas específicas e rever a sua política de aliança, sua linguagem, discurso, definições táticas e estratégicas, a fim de que se alcancem os objetivos estabelecidos. *“Em outras palavras, é impensável o estabelecimento de uma política de comunicação separada da decisão política do Movimento” (MST, 1995:1).*

Através dessa percepção, as lideranças do MST reconhecem que uma política comunicativa não se restringe apenas à definição sobre qual meio de comunicação deve ser utilizado para atingir determinado fim. Ela exige, prioritariamente, formação política sobre o assunto e, por isso, no caso específico do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, não consideram que ela tenha que, necessariamente, ser elaborada por jornalistas ou outros especialistas da área.

Embora do ponto de vista formal a política de comunicação do MST não tenha ainda se constituído, já que por enquanto não há *“...um conjunto de normas integradas e duradouras harmonizadas num corpo coerente de princípios e normas” (BELTRÁN, 1987:4)*, algumas ações implementadas nesta área, a partir de 1995, indicam que ela não está tão incipiente. E, por que não dizer, demonstram que a política de comunicação do Movimento já é um fato, apesar de não constar de nenhum documento oficial.

Os exemplos que ilustram esta afirmativa relacionam-se ao **Jornal Sem Terra** que, nesse período, ganhou uma estrutura mais profissional, uma nova diagramação e a inserção de colunas que têm reforçado a sua intenção básica de se manter como um veículo voltado para o público interno e militantes do MST; à criação da revista e do site na Internet com o objetivo de manter um diálogo permanente com a sociedade; à luta pela regulamentação das rádios comunitárias; ao amadurecimento da relação mantida com a grande

imprensa e ao trabalho de assessoria de comunicação que se define como conseqüente da “luta” do Movimento, e não como instrumento de marketing do MST.

Todos estes exemplos correspondem, na verdade, a um conjunto de ações que foram planejadas e discutidas na tentativa de aumentar o envolvimento da sociedade e dos próprios sem-terra numa causa que não visa apenas a reforma agrária, e sim mudanças mais amplas. Segundo Neuri Rosseto, responsável pelo setor de comunicação do Movimento, a razão principal de o MST aperfeiçoar os seus canais de comunicação está ligada aos seus próprios objetivos e ao reconhecimento de seus limites enquanto organização:

*“Nós colocamos a nossa luta em três patamares que estão juntos. O primeiro seria promover a luta pela terra que se caracteriza como sendo corporativa, econômica e que atende a uma categoria social bem definida – o trabalhador sem-terra. O segundo objetivo seria a luta pela reforma agrária que deixa de ser corporativa para assumir uma dimensão política maior que é modificar a atual estrutura fundiária brasileira. O terceiro patamar refere-se às mudanças sociais e políticas que o País deve passar para que os outros objetivos se concretizem, pois de nada adianta ficarmos lutando para assentar trabalhadores rurais se de cada família assentada, quatro perdem a terra. Para que se atinja estes objetivos a força dos sem-terra e do MST é pequena. É por isso que ou se consegue envolver a sociedade nesta luta e fazer da reforma agrária uma luta de todos ou não vamos a lugar nenhum. Vamos no máximo ficar resolvendo alguns conflitos sociais que existem no campo e promovendo algumas áreas de assentamento, mas não fazendo a reforma agrária e não mudando a política deste País. É neste sentido que consideramos os meios de comunicação com um peso muito importante...”*⁴

⁴ Ibidem.

2. O PROBLEMA

Conforme constata KUSCHICK (1996), durante muito tempo o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra tratou a comunicação como tema secundário, passando a refleti-la somente a partir de 1995, quando tiveram início as primeiras discussões sobre a criação de uma política interna específica a este setor. O que se nota, porém, é que o sentido desta argumentação se manifesta apenas quando relacionada à conscientização dos integrantes do MST sobre a necessidade de se criar instrumentos próprios de comunicação a fim de ampliar o seu campo de “luta” e, principalmente, envolver a sociedade numa discussão da qual ela faz parte.

É importante destacar que, embora a comunicação valha-se dos meios que a conduzam, sua essência paira acima dos veículos. *“Como um processo social, ela implica um encadeamento de ações com significado...”* (ARAÚJO,1991:22) que, se for associado à história do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, aponta a comunicação como essencial à sua organização e não como aspecto secundário.

A própria estruturação do MST, como já foi mencionado, baseou-se na construção de um “espaço comunicativo” que permitiu aos trabalhadores rurais tomarem consciência dos estados coletivos de privação, reelaborarem a noção de direitos instituída e se afirmarem como sujeitos coletivos capazes de ação. Foi através desse espaço, criado pelas Comunidades de Base, que se

desenvolveram experiências pedagógicas, capazes de tornar visíveis as relações de poder e os conflitos sociais (TARELHO, 1988:237).

Caracterizado por FERNANDES (1996:228) como “o espaço do *conhecer e aprender*”, ele possibilitou a retomada do processo comunicativo e, conseqüentemente, o rompimento definitivo com um “...*longo período de isolamento e de silêncio*” (TARELHO, 1988:106). Nele, as histórias e os interesses comuns deram margem ao estabelecimento de laços de amizade e de cumplicidade política, importantes para a construção de uma nova práxis baseada na cidadania e na identidade.

Vale acrescentar que se a luta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra originou-se no espaço comunicativo, ela foi organizada na dimensão que TARELHO (1988) define como “espaço interativo”, no qual é possível ao sujeito coletivo, em movimento, fazer reflexões sobre a sua história e sobre as experiências no processo de construção de sua práxis, através do diálogo e da elaboração de propostas.

Contudo, é na dimensão caracterizada por FERNANDES (1996:237) como “espaço de luta e resistência” que os sujeitos e seus objetivos se manifestam publicamente. Como resultado de um projeto de “luta” dos trabalhadores rurais e de sua sobrevivência como sujeito histórico, esse espaço se revela quando, por exemplo, o MST ocupa uma propriedade na tentativa de trazer a público a realidade dos sem-terra.

Todas essas dimensões a que FERNANDES (1996) e TARELHO (1988) se referem acabaram gerando uma visão crítica, de “auto-reflexão e de auto-questionamento”, fazendo com que

“...os momentos reprimidos, ocultos, distorcidos pelo processo histórico do conhecimento, pudessem ser recuperados, reelaborados e conscientizados na tentativa de redescobrir o interesse fundamental: o da emancipação” (FREITAG e ROUANET, 1980:13).

O surgimento e o fortalecimento organizacional do MST a partir dos espaços comunicativo e interativo, permeados por interpretações e concepções de mundo diferenciadas, sinalizam os primeiros indícios da importância exercida pela ação comunicativa na articulação do Movimento. Isso porque permitiram o exercício da prática comunicativa na tentativa de se alcançar o entendimento mútuo e uma argumentação racional. Apesar de a criação

desses espaços ter sido motivada e apoiada por instituições externas como a Igreja e por partidos políticos como o PT (Partido dos Trabalhadores), eles possibilitaram o desenvolvimento de uma matriz discursiva própria do MST, conseqüente de um amplo processo reflexivo e de uma intensa revisão crítica.

Foram também no interior desses espaços que surgiram as primeiras cartilhas, os primeiros cadernos de formação e o próprio Jornal do Movimento que sempre exerceram papel significativo para que os sem-terra se reconhecessem mutuamente como sujeitos de um empreendimento comum. A constatação da necessidade de existência destes instrumentos confirma que a comunicação, do ponto de vista interno, sempre mereceu destaque na “luta” social do MST. E isso se deu não apenas no que se refere ao caráter instrumental da comunicação mas, sobretudo, na valorização da linguagem como meio comunicativo gerador de entendimento que é o pressuposto básico de uma ação comunicativa.

Torna-se prudente ressaltar que quando se destaca a ação comunicativa como elemento importante para a articulação e integração dos sem-terra, em nenhum momento pretende-se colocá-la como o único fator responsável por estes processos. Reconhece-se a existência de uma série de aspectos ligados à organização interna do MST que ajudam a explicar a atual dimensão do Movimento e que não cabem aqui ser pormenorizados por considerá-los irrelevantes para a análise proposta. Da mesma forma que inúmeros fatores externos, como, por exemplo, a crescente exclusão social provocada pela modernização da agricultura, são responsáveis pela sua formalização.

A ação comunicativa seria, assim, um entre os diversos elementos “articuladores” do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, com a diferença de que ela suscita o aparecimento de aspectos subjetivos - desejos, história etc. - que, uma vez partilhados, são capazes de promover uma identidade coletiva e uma organização. A formação do MST exemplifica o fato de que *“não bastam o convívio e as condições comuns...”* (FALEIROS, 1986:28), mas que é preciso transformá-las em objeto de luta, e isso também se dá pelo processo comunicativo através do discurso, de estratégias de mobilização e de ação comum.

Uma tese amplamente difundida, segundo NAVARRO (1997:114) e que, na sua opinião, constitui-se como grande equívoco é a de que “o MST recorre somente às ocupações de terra como sua arma de luta e de pressão, ignorando outras possibilidades políticas e de mobilização social”. Conforme o autor, “apenas o conhecimento superficial do Movimento (ou simples má-fé) pode tornar o MST sinônimo de ocupações de terra, ignorando os ingentes esforços de seus militantes em outros campos e áreas de atuação”.

Para exemplificar, ele cita as ações de comércio e industrialização de produtos agrícolas produzidos nos assentamentos, as iniciativas nos campos da educação de crianças e alfabetização de adultos e as atividades jornalísticas próprias que incluem o Jornal do Movimento, pequenas e inovadoras atividades em rádio e a home-page. Além da Revista Sem Terra, que complementa uma estrutura comunicativa composta por “diversas linhas editoriais orientadas para a formação política, para a formação técnica, para a educação e para a organização social e econômica” (FERNANDES: 1997:149).

O **Jornal Sem Terra**, que serviu como objeto de análise desta pesquisa, situa-se na linha de formação política e está incluído na dimensão acima referida como “espaço de luta e resistência”, uma vez que se constitui, ao lado das ocupações e caminhadas, como manifestação pública do Movimento e de seus objetivos. Baseado nestas constatações, é que se trabalha com a hipótese de que o Jornal ultrapassa a mera função informativa e se firma como expressão de ação comunicativa, capaz de dar continuidade à integração promovida pelos primeiros espaços de socialização política anteriormente mencionados.

Ao mesmo tempo em que possibilita o entendimento sobre uma situação comum e fomenta a organização e a identidade dos sem-terra, o Jornal reforça a existência de um contexto social, vivido e compartilhado pelos trabalhadores rurais, e promove o estabelecimento de relações com o mundo. Por esta razão, manifesta-se como ação comunicativa ou comunicação voltada para o consenso a que HABERMAS (1988) se refere.

SIEBENEICHLER (1994:94) lembra que este tipo de comunicação

“...pode ser visto basicamente como uma troca ativa e pacífica de opinião e de informações entre participantes de uma determinada práxis social, portanto, como um processo social que se dá através da linguagem, tendo como referência certas estruturas de racionalidade”.

Alcançar entendimento ou consenso é, segundo ARAGÃO (1992:43)

“...um conceito normativo que supõe não coercitividade. Não é um estado empírico que causa acordo factual, mas um processo de convencer mutuamente um ao outro, em que as ações dos participantes são coordenadas pela motivação por razões [...]. Um acordo alcançado comunicativamente tem uma base racional, se baseia em convicções comuns”.

Desta forma, entende-se que, ao lado do Jornal do Movimento, as manifestações de protesto coletivo promovidas pelo MST, apresentam-se como meios para a obtenção deste consenso, já que ambos promovem o relacionamento entre os atores, permitindo a articulação de valores, a elaboração e a validação de normas, bem como o seu questionamento. Sem falar que tornam compreensíveis aos outros os sentimentos dos sem-terra.

Embora a teoria social da ação não equipare ação à comunicação, ela resgata, de certa forma, a essência da origem latina da palavra comunicação - *communicare* – que *“...expressa a participação ativa dos interlocutores (indivíduos ou grupos): pôr em comum, associar, entrar em contato”* (ARAÚJO, 1991:22). Pelo menos do ponto de vista formal, acredita-se que tal conceituação perdeu a sua força a partir do momento em que a comunicação passou a ser entendida apenas pela sua funcionalidade. Ou seja, como mero conjunto de instrumentos ou recursos técnicos.

Segundo Habermas, citado por SOARES (1996:74), *“...o fundamento e a justificativa de qualquer ação ética de solidariedade está no exercício pleno e livre da ação comunicativa, a partir da qual as normas morais ganham sentido”*. Por isso, para ele, o que deve ser garantido é o procedimento básico que incentive e possibilite a comunicação, a expressão. Independente de suas contradições internas, o MST se manifesta como um movimento social que situa a comunicação no centro da produção de sua própria cultura e que se constrói através de ações comunicativas que possibilitam não apenas a interação entre seus integrantes, mas também com a sociedade.

De um modo geral, a literatura que se tem acesso sobre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra tende a analisá-lo apenas sob o ângulo dos aspectos objetivos responsáveis pela sua criação e organização. Investiga-se sobre a sua história e sobre os contextos político, econômico e social em que se originou. Com exceção da educação, poucos assuntos que dizem

respeito à organização interna do MST são abordados. E a comunicação se inclui entre eles. Com exceção dos trabalhos de TARELHO (1988) e FERNANDES (1996) que inserem um pouco desta discussão, associando-a, respectivamente, a estudos de Psicologia e Geografia.

As abordagens mais freqüentes, quando se inclui o MST num debate comunicativo, estão associadas à maneira como a grande imprensa se relaciona com o Movimento⁵. Isto significa que a comunicação desenvolvida pelo MST não vem sendo tratada e estudada como um dos elementos essenciais à sua organização interna, compreensão que se faz possível através dos princípios da teoria social da ação comunicativa.

A utilização do Jornal como instrumento de análise permite que se revele o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra a partir da comunicação que desenvolve, criando, com isso, a possibilidade de se desvendar alguns aspectos em torno dos quais os integrantes do MST construíram um entendimento que foi e tem sido essencial para o seu fortalecimento organizacional.

É através do **Jornal Sem Terra** e da capacidade que ele tem de promover a reflexão, a crítica e o questionamento que se pode obter respostas para as duas questões que se considera como centrais neste trabalho: de que maneira a ação comunicativa, expressa através do Jornal do MST, pode ser entendida como fator de interação entre os sem-terra? De que forma ela contribui para a construção de uma racionalidade própria ao Movimento?

Ao optar por esta linha de análise, o que se busca é vislumbrar o **Jornal Sem Terra** sob um enfoque diferenciado daquele que o coloca como simples meio de informação ou, na definição de HABERMAS (1988), como ação estratégica. Aqui ele é interpretado, fundamentalmente, como promotor de um acordo consensual, que vai se construindo desde a origem do MST, pelo fato de tornar as relações sociais mais transparentes. Isso significa que para a análise proposta não importa, por exemplo, a maneira como os sem-terra

⁵ COUTO, A.T. **Questão agrária na imprensa - o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra na Folha de São Paulo**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 19, 1996, Londrina. **Anais...** Campinas: INTERCOM, 1996. p. 1-11.

KUSCHICK, C.L.B. **Campos em confronto: jornalismo e movimentos sociais - relação entre o Movimento Sem-Terra e a Zero Hora**. São Paulo: USP, 1996. 326 p. Tese (Doutorado em Ciências - Comunicação) - Universidade de São Paulo, 1996.

recebem a informação transmitida pelo Jornal e nem tampouco o perfil do trabalhador rural que o lê ou as regiões em que ele tem maior abrangência. O que se busca é a identificação do Jornal do MST como um recurso que possibilita aos sem-terra o entendimento e, conseqüentemente, o fortalecimento de sua identidade para, a partir daí, lutar pelos seus direitos ou perseguir as suas metas.

Considera-se como hipótese de trabalho que o Jornal também promove uma reflexão em torno das manifestações de protesto coletivo que, nesta pesquisa, deixam de ser consideradas como simples ações de protesto para serem repensadas como exemplos de ação comunicativa. O fato de elas exporem com mais ênfase as “lutas” do Movimento para a sociedade e alterar a sua relação com o MST, permite que sejam interpretadas como resultantes de um processo interativo e como forte opção de “diálogo” com o mundo externo. Para que se construísse, portanto, uma análise coerente com estas observações procurou-se no Jornal respostas para as seguintes questões: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra interpreta as manifestações de protesto coletivo e as ocupações como instrumentos comunicativos? Elas estão inseridas na política de comunicação do Movimento? O seu conteúdo é definido pela simples opção de constar na pauta da mídia? Elas se constroem através do **Jornal Sem Terra**? De que maneira são interpretadas por este veículo?

As questões suscitadas por esta pesquisa tendem a explicitar a construção de um processo de entendimento capaz de fortalecer uma organização. A vulnerabilidade das ações do MST não justifica que se dê a ele uma interpretação estanque, sem a compreensão de aspectos que, embora possam passar despercebidos, são fundamentais para a concretização de seus atos e, até mesmo, para a sua existência.

3. OBJETIVOS

Embora as notícias sobre o MST veiculadas pela mídia nem sempre correspondam às expectativas de seus integrantes, principalmente, em termos de veracidade, elas expõem a luta do Movimento e geram na população a possibilidade de fazer um exercício crítico sobre as ações dos sem-terra. STÉDILE (1998:21) confirma esta observação quando lembra que

“os órgãos da grande imprensa, de um modo geral, vêem como inimigos o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, mas, na medida em que divulgam seus atos, com a intenção de indispor-lo com a opinião pública, acabam obtendo efeito contrário e contribuindo para a popularização do movimento”.

Tanto é assim que uma pesquisa realizada pelo Ibope, em 1997, constatou que 94% da população brasileira defende a “luta” do MST pela reforma agrária⁶. Este resultado demonstra que, apesar do poder de manipulação dos meios de comunicação de massa, o MST tem conseguido vencer as barreiras comunicativas que são colocadas entre ele e a sociedade em geral, despertando-a para uma causa que até bem pouco tempo nem era mencionada. A proposta desta pesquisa se constrói em torno do reconhecimento de que o apoio da sociedade está relacionado à divulgação

⁶ A pesquisa mencionada foi encomendada ao Ibope pelo Governo Fernando Henrique Cardoso, através da CNI (Confederação Nacional da Indústria). Foram ouvidas duas mil pessoas em todas as capitais do País no período de 6 a 10 de março de 1997.

pela mídia de ações grandiosas ou “espetacularizadas”, como foi a “Caminhada de Brasília”.

Entretanto, isso não significa que se compartilhe da idéia de que as manifestações de protesto coletivo, bem como as ocupações de terra, devam ser consideradas como ações isoladas e, ou, espontâneas que visam apenas a projeção do MST. Acredita-se que KUSCHICK (1996:171) tem razão quando afirma que “...na sociedade contemporânea importa menos o acontecimento do que a sua projeção...” e que “se a questão da terra não é notícia, os modos de reivindicá-la podem vir a ser”. Contudo, considera-se que não se deve reduzir as ações acima mencionadas à idéia simplista de divulgação, que acaba por ignorar a história e o aprendizado que as conduzem.

É a partir desta percepção que se construiu o objetivo principal desta pesquisa que é o de desvendar, através do **Jornal Sem Terra**, alguns elementos que compuseram um aprendizado que foi capaz de gerar um entendimento entre os integrantes do MST. Um entendimento motivado por um conjunto de idéias que dá fundamento às suas ações. E que, ao mesmo tempo, é responsável por criar na sociedade a imagem de um Movimento homogêneo, já que a forma com que ele se apresenta no espaço público, o discurso que elabora e as práticas que articula nos eventos externos criam uma visão de totalidade que ignora a possível existência de conflitos e tendências internas (GOHN, 1997 a:251).

A perspectiva teórica adotada para o presente trabalho possibilita que se interprete o **Jornal Sem Terra** como algo mais do que um simples instrumento de informação, pelo fato de ele ser um veículo comunicativo explicitamente vinculado a um movimento social. A Teoria da Ação Comunicativa não se restringe ao estudo dos meios de comunicação e nem se limita aos conceitos unilaterais de emissão e recepção. Os conceitos que ela desenvolve sobre a construção de um entendimento comunicativo através da linguagem permite que se faça um desdobramento das mensagens do **Jornal Sem Terra** no sentido de identificar o comportamento de um grupo social.

Em termos mais específicos procurou-se ressaltar alguns dos indicadores que colocam o Jornal do MST como instrumento motivador da integração entre os trabalhadores rurais, capaz de alimentar a sua história interna e reforçar a sua identidade coletiva, principalmente, através da

tematização de problemas cotidianos. Para isso, tornou-se necessário identificar o perfil do **Jornal Sem Terra** no que diz respeito à sua linguagem, ao tratamento dado aos assuntos em pauta e ao seu conteúdo em geral.

Um outro aspecto que também se configurou como objetivo desta pesquisa foi a identificação de elementos que pudessem ser caracterizados como formadores da consciência política dos sem-terra ou, em outros termos, como indicativos de que o Jornal constitui-se num espaço através do qual são apreendidas algumas reflexões críticas acerca dos problemas do País. A maneira como as manifestações de protesto coletivo são trabalhadas e interpretadas pelo **Jornal Sem Terra**, antes e depois de acontecerem, também se fez necessária para que se pudesse perceber uma apreensão diferenciada daquela “espetacularização” exibida pela mídia.

Em linhas gerais, os objetivos aqui trabalhados estão inseridos numa percepção mais ampla que se refere à contraposição da política de comunicação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra à estrutura comunicativa vigente no País. Embora já se tenha dito que o MST não apresenta nenhum conjunto de regras que possa ser identificado como uma política de comunicação, uma série de ações, entre elas a manutenção de canais comunicativos próprios, reflete a sua indignação com o controle de informação existente no Brasil e permite que se estabeleça uma comunicação, aparentemente, isenta de coerção.

Se o Estado, conforme TARELHO (1988:231), excluiu o tema reforma agrária da discussão pública através de “...*filtros estruturais no acesso à esfera da opinião pública-política, por meio de deformações burocráticas das estruturas da comunicação pública ou por meio do controle manipulativo dos fluxos de informação*”, o MST procurou inseri-lo novamente na discussão criando os seus próprios canais de comunicação.

As características comuns aos trabalhadores rurais serviram para que se estabelecessem comunidades de comunicação que permitiram o desenvolvimento de uma identidade pessoal e coletiva. Se aos veículos externos de comunicação do Movimento cabe, fundamentalmente, a função de repassarem à sociedade essa identidade e eliminarem a “desinformação” promovida pela mídia no que diz respeito à “luta” pela terra, ao Jornal, por se

tratar de um canal interno do MST, cabe a tarefa de manter esta identidade construída ao longo dos anos.

É dentro desta linha de raciocínio que se procurou trabalhar os objetivos desta pesquisa, tentando identificar no **Jornal Sem Terra** a manutenção desta identidade que se faz possível através do desenvolvimento de uma linguagem que promove o estabelecimento de um livre processo comunicativo, fundamental para a obtenção de acordos consensuais ou para o entendimento de um grupo. E, conseqüentemente, para o seu amadurecimento organizacional que se expressa através de uma unidade nas ações que permite alcançar maior visibilidade pública.

4. REFERENCIAL TEÓRICO

Em face ao problema do presente trabalho, que, em termos gerais, investiga a importância dos pressupostos da ação comunicativa como expressão da organização e da articulação dos sem-terra, e ao objetivo principal da pesquisa que é o de investigar a maneira como se constrói, através do Jornal, o entendimento entre eles, considerou-se a Teoria da Ação Comunicativa, desenvolvida por Habermas, como a perspectiva teórica pertinente para fundamentar essa proposta, pelo fato de nos remeter a duas dimensões destacadas por AVRITZER (1996:46).

1. o reconhecimento do outro como igual que remete aos direitos de comunicação e participação necessários para que os atores sociais se sintam partícipes da normatividade política à qual estão vinculados;
2. à democracia, que supõe uma dimensão comunicativa e interativa na qual os atores sociais, através da linguagem, participam de um debate crítico-racional acerca da organização normativa e política da sociedade em que eles vivem.

Em linhas gerais, a teoria em que se apoia esta pesquisa se apresenta como uma teoria crítica da modernidade que se constrói, fundamentalmente, a partir da elaboração de um novo conceito de razão que, segundo a interpretação de FREITAG (1994:59),

“...nada tem em comum com a visão instrumental que a modernidade lhe conferiu, mas que também transcende a visão kantiana assimilada por Horkheimer e Adorno, isto é, de uma razão subjetiva, autônoma, capaz de conhecer o mundo e de dirigir o destino dos homens e da humanidade”.

Na verdade, a teoria desenvolvida por Habermas se afasta da tradição filosófica de considerar o conhecimento e a ação como únicos meios adequados de se refletir sobre a razão. Isso porque considera a razão revelada por estes dois caminhos como instrumental e subjetiva, uma vez que permite o controle teórico e prático sobre a natureza e privilegia o sujeito na relação sujeito-objeto. Na teoria habermasiana, a filosofia se une à sociologia e introduz a linguagem/comunicação como um novo paradigma capaz de estabelecer uma razão implementada socialmente no processo de interação dialógica dos atores envolvidos em uma mesma situação.

Ao colocar a comunicação como novo referencial para a discussão filosófica e sociológica de racionalidade, o que o autor sugere é o rompimento com a visão tradicional e unilateral de razão que, desde o século XVIII, com o Iluminismo, acabou por transformá-la em instrumento e em projeto de dominação. Segundo HABERMAS (1988:16), o crescimento da consciência reflexiva que, inclusive, tem acompanhado o progresso fático das ciências empíricas, demanda um novo conceito de racionalidade. E é na ação comunicativa que este conceito se manifesta,

“...não como uma faculdade abstrata, inerente ao indivíduo isolado, mas como um procedimento argumentativo pelo qual dois ou mais sujeitos se põem de acordo sobre questões relacionadas com a verdade, a justiça e a autenticidade” (FREITAG, 1994:59).

O que se propõe, portanto, é a substituição do paradigma da consciência por um outro que seja assentado na linguagem. Em outros termos, a substituição de uma razão centrada no sujeito por uma razão centrada na comunicação em que

“...o sujeito cognoscente não seja mais definido exclusivamente como sendo aquele que se relaciona com objetos para conhecê-los ou para agir através deles e dominá-los. Mas como aquele que, durante seu processo de desenvolvimento histórico, é obrigado a entender-se junto com outros sujeitos sobre o que pode significar o fato de “conhecer objetos” ou “agir através de objetos”, ou ainda “dominar objetos ou coisas” (SIEBENEICHLER, 1994:62).

O conceito de razão comunicativa se contrapõe, assim, àquele expresso pela racionalidade cognitiva-instrumental, centrado exclusivamente na relação do sujeito com o mundo dos objetos, desconsiderando a relação entre os sujeitos, a sua capacidade de falar e de agir. A razão revelada por Habermas apoia-se, sobretudo, na competência lingüística e cognitiva dos atores. Ela nasce e se constrói através da capacidade de diálogo e de questionamento dos sujeitos. Por isso, conforme FREITAG (1994:60), deixa de ser “*subjetiva, transcendental e inata*” para espelhar “*...a transparência das relações sociais e a intersubjetividade possível a cada um dos atores nelas envolvidos*”.

A partir destas considerações, apreende-se que o conceito de razão comunicativa, trabalhado por Habermas, está diretamente relacionado ao de interação e constitui-se num modelo alternativo para substituir o paradigma da consciência que, de acordo com o autor, se encontra em crise nesse século XX por não absorver a complexidade do mundo contemporâneo. Esta percepção, no entanto, não significa para Habermas uma falência da razão, mas apenas um desvio do caminho proposto pelo projeto da Ilustração de que a racionalização social haveria de corresponder à liberação social.

As observações promovidas pelo autor no que diz respeito à racionalidade comunicativa são, na verdade, uma tentativa de resgatar a promessa emancipatória contida no projeto da Ilustração e de romper com as concepções “deficientes” de racionalidade desenvolvidas pelas principais correntes do pensamento social que, na sua opinião, insistem na tese do predomínio crescente da razão instrumental nas sociedades contemporâneas.

ARAGÃO (1992:59) lembra que para Habermas,

“...a razão não pode ser assimilada à subjugação, à dominação, como supunham os mestres de Frankfurt. A forma da razão de tipo “instrumental” é apenas uma das formas possíveis de razão: mas não a única. Isto quer dizer que a razão pode ser utilizada para subjugar, para controlar ou dominar a natureza e os homens, mas também para criticar, aproximá-los e libertá-los”,

que são os principais objetivos da razão comunicativa.

Embora não despreze os elementos cognitivo e instrumental, por reconhecer a sua importância na reprodução material da sociedade, Habermas acredita que a sua predominância acabou não produzindo “*...os fundamentos*

de um processo moral de reconhecimento dos indivíduos enquanto iguais na sua capacidade de produzir a normatividade em que vivem” (AVRITZER, 1996:153). Isso porque a razão difundida pelo Iluminismo ficou estritamente centrada no sujeito, impedindo uma reflexão crítica mais profunda sobre a sua relação com esse mundo.

A preocupação básica de assegurar a sobrevivência material dos homens acabou por excluir o diálogo da sociedade que encontrou no dinheiro e no poder a sua linguagem, cuja *“...validade não precisa ser questionada, já que o sistema funciona na base de imperativos automáticos que jamais foram objeto de discussão dos interessados”* (FREITAG, 1994:61). Além disso, conforme Habermas, a racionalidade cognitiva-instrumental delineou uma sociedade caracterizada por uma integração sistêmica (dividida em dois subsistemas: o econômico e político) que se sobrepôs à integração social ou, conforme sua própria expressão, *“colonizou o mundo vivido”*, considerado como *“...o lugar das relações sociais espontâneas, das certezas pré-reflexivas, dos vínculos que nunca foram postos em dúvida”* (ROUANET, 1989:23).

A interpretação que se faz é a de que, para o autor da Teoria da Ação Comunicativa, as sociedades modernas se caracterizam pela existência de dois mundos: o sistêmico e o vivido. Enquanto no primeiro, ocorre o predomínio da ação instrumental, o mundo vivido se rege pela ação comunicativa, definida por Habermas como uma das quatro concepções básicas de ação social trabalhadas pela sociologia⁷. Só que, de acordo com a sua percepção, a ação instrumental está invadindo os espaços do mundo vivido. Ou seja, o mundo vivido está sendo colonizado pelo mundo sistêmico e, com isso, gerando patologias na sociedade contemporânea que se evidenciam através das dificuldades do homem em formar racionalmente a sua identidade e em se emancipar

“...a modernidade se caracteriza por ter criado uma disjunção, um hiato, entre o mundo vivido e o sistema. A perspectiva sistêmica e a perspectiva do mundo vivido não estão, por sua vez, integradas: a integração sistêmica não coincide com a integração social. Sistema e mundo vivido entram em choque. O mundo vivido, regido pela razão comunicativa, está ameaçado em sua sobrevivência pela interferência da razão instrumental. Ocorre uma anexação do mundo vivido por parte do sistema, desativando as esferas regidas pela razão comunicativa e

⁷ As outras ações seriam a teleológica, a regulada por normas e a dramaturgica.

impondo-lhes a razão instrumental, tecnocrática [...] cabe à razão comunicativa, preservada em certos nichos da sociedade moderna e institucionalizada em algumas de suas esferas de valor, [...] resgatar o terreno perdido e reorientar a razão instrumental, reconduzindo-a aos limites dentro dos quais é imprescindível e pode fornecer uma contribuição inestimável para assegurar a organização e a sobrevivência das modernas sociedades de massa” (FREITAG, 1994:62).

O que HABERMAS (1988) propõe na Teoria da Ação Comunicativa é *“...a descolonização do mundo vivido e a restauração dos pressupostos da ação comunicativa: sociabilidade, espontaneidade, solidariedade e cooperação”* (GOMES, 1997:53). Estas propostas, no entanto, não significam um desprezo ao mundo sistêmico. Significam sim o reconhecimento de que a sociedade não pode ser interpretada apenas do ponto de vista instrumental, mas como um *“...complexo que abrange simultaneamente valores culturais e imperativos do sistema. A sociedade é mundo vivido e mundo sistêmico ao mesmo tempo...”* (SIEBENEICHLER, 1994:40).

Isso indica que, além das esferas econômica e política, a sociedade também deve ser pensada na perspectiva subjetiva dos atores, ou melhor dizendo, a partir de seu cotidiano, de suas vivências e experiências. FREITAG (1994:61) lembra que *“a objetividade das relações sociais é dada quando há “integração social”, ou seja, quando um número de atores teve vivências e experiências comuns que constituem sua memória e sua história coletiva”*.

É exatamente esta história coletiva que compõe o mundo vivido definido por Habermas, citado por NETTO (1993:58), como *“...um acervo de padrões de interpretações transmitidos culturalmente e organizados lingüisticamente”* e que, segundo ele, dispõe de três componentes estruturais: a **cultura** (*“acervo de saber no qual os participantes na comunicação se abastecem de interpretações para se entenderem sobre algo no mundo”*), a **sociedade** (*“ordenações legítimas através das quais os participantes na interação regulam suas pertinências a grupos sociais, assegurando, com isto a solidariedade”*) e a **personalidade** (*“as competências que tornam um sujeito apto à linguagem e à ação, isto é, que o capacitam para tomar parte em processos de entendimento e para afirmar, neles a sua própria identidade”*).

O mundo vivido é, na verdade, o contexto em que ocorrem as ações comunicativas e no qual a racionalidade deixa de se restringir à relação do

sujeito com o mundo objetivo (das coisas) para integrar os três conceitos de mundo: objetivo, social (das normas) e subjetivo (dos afetos) que, uma vez compartilhados, tornam possível um entendimento entre os sujeitos. De acordo com ROUANET (1989:24),

“as relações sociais que se dão no mundo vivido assumem, caracteristicamente, a forma de ação comunicativa: um processo interativo, lingüisticamente mediatizado, pelo qual os indivíduos coordenam seus projetos de ação e organizam suas ligações recíprocas”.

É no mundo vivido e, portanto, através da razão comunicativa, que os membros da sociedade passam, conforme HABERMAS (1988), a questionar os fatos e valores vigentes. Afinal, esta forma de razão representa o rompimento com a idéia de que a verdade é resultante de um processo de reflexão isolado, que acontece apenas no interior de uma consciência. Para que a sociedade se reestruture e elimine as patologias que, hoje, lhe são comuns, é necessário a construção de uma verdade dialógica, processada através da crítica, do questionamento e de acordo com as regras estabelecidas pelos membros de um grupo, em que a linguagem assume um papel primordial e as experiências de vida uma dimensão estratégica.

“Razão e verdade deixam de ser conteúdos, valores absolutos, universais, para serem definidos formalmente como procedimentos, isto é, regras de jogos fixadas consensualmente [...] Habermas afirma que a razão e a verdade resultam da interação do indivíduo com o mundo dos objetos, das pessoas e da vida interior. Por isso, a razão e a verdade só podem decorrer da organização social dos atores interagindo em situações dialógicas [...] A razão resulta daquilo que em um contexto social, vivido e compartilhado por atores lingüisticamente competentes, pode ser elaborado como querido e aceito por todos” (FREITAG, 1994:112).

O mundo vivido é, pois, um conceito complementar ao de ação comunicativa ou, segundo ARAGÃO (1992:44), um *“...pano de fundo que permite aos sujeitos capazes de fala e ação se entenderem mutuamente sobre algo no mundo, seja este mundo o mundo exterior natural, o mundo exterior social, ou o mundo interior subjetivo”*. Para clarificar ainda mais a compreensão do que Habermas considera como entendimento (ou consenso), julga-se importante recorrer ao próprio autor, citado por Netto (1993:58), quando ele afirma que

“...na perspectiva dos participantes, entendimento [...] significa um processo de recíproco convencimento, que coordena as ações dos vários participantes à base de uma motivação por razões. Entendimento significa comunicação dirigida para um acordo válido [...]. Ao entender-se entre si sobre uma situação, os participantes se encontram numa tradição cultural de que fazem uso e que simultaneamente renovam; coordenando suas ações através do reconhecimento intersubjetivo de pretensões de validade suscetíveis de crítica, os participantes na interação estão se apoiando em pertinências e grupos sociais cuja integração ratificam ao mesmo tempo; tomando parte em interações com pessoas de referência, que já são agentes competentes”.

Ao se fazer um entrelaçamento dos conceitos habermasianos de ação e de razão comunicativa ao de mundo vivido o que, de fato, se observa é uma valorização das estruturas normativas para o desenvolvimento da integração social. E isso se dá pelo fato de Habermas, segundo TARELHO (1988:34), considerar que as estruturas normativas *“...não seguem simplesmente a linha de desenvolvimento do processo de produção (como acreditava Marx), nem obedecem simplesmente ao modelo dos problemas sistêmicos, mas têm – ao contrário – uma história interna...”*, que assume uma importância significativa para o desenvolvimento.

HABERMAS (1988) defende a idéia de que não se pode explicar a evolução social tomando-se como base apenas os processos de aprendizagem que se verificam na dimensão do pensamento objetivante (das forças produtivas). É preciso também que se considere os processos de aprendizagem que ocorrem na dimensão da convicção prático-moral (do agir comunicativo voltado para o entendimento), *“...os quais delineam novos parâmetros para a solução dos conflitos, impulsionam formas mais maduras de integração social e tornam possíveis novas formas de produção”* (TARELHO, 1988:41).

Do mesmo modo, atenta para o fato de que a racionalização do agir não deve ser traduzida somente em forças produtivas, mas também em formas de integração social.

“...as estruturas de racionalidade não se materializam apenas nos mecanismos do agir racional com relação ao fim - e, portanto, em tecnologias, estratégias, organizações e qualificações -, mas também nas mediações do agir comunicativo, nos mecanismos que regulam os conflitos, nas imagens do mundo, nas formações de identidade” (TARELHO, 1988:34).

Isso demonstra que, para o autor, a autoconstituição da espécie humana não é dependente apenas do processo de trabalho (que visa o domínio sobre a natureza). Ou seja, não se pode priorizar o interesse técnico durante o processo de evolução social. Ele deve vir associado ao interesse comunicativo que, na interpretação de TARELHO (1988:37), “...visa a preservação e a ampliação da intersubjetividade comunicativa”. É neste sentido, portanto, que se desenvolve a idéia de que as estruturas normativas dispõem de uma história própria que, de certa forma, independe do processo de produção.

“...o agir comunicativo não encontra explicação no saber técnico (que pode determinar a eficácia empírica dos meios empregados para um fim) e nem no saber estratégico (que pode determinar a consistência da escolha entre os meios adequados), mas apenas no saber prático-moral, o qual pode dizer sobre a capacidade que o sujeito da ação possui para exteriorizar, de modo verídico, suas intenções e para justificar e exigir a justificação das normas que estão na base das ações em questão” (TARELHO, 1988:37).

É neste saber prático-moral que Habermas vislumbra a saída para a crise que hoje afeta a sociedade. Isso porque considera que nele está intrínseca a razão comunicativa que é “...capaz de formar de modo racional a nossa vontade, ensinando que para podermos bem viver, devemos querer a emancipação dos indivíduos e grupos através do entendimento comunicativo” (SIEBENEICHLER, 1994:41). Entendimento esse que jamais deve ser considerado como um consenso já obtido, mas sim construído através da crítica e do questionamento dos fatos, normas e valores vigentes.

Assim, não há mais lugar para a razão monológica. Da mesma forma que também não se pode mais falar em sujeito epistêmico que é substituído pelo grupo, pela comunidade, enfim pelas organizações sociais que devem servir como locais de debate e de construção do consenso. Um consenso que, conforme já visto, se estabelece no contexto do mundo vivido, tido como a fonte de onde se obtém as definições de situação que os sujeitos consideram como problemáticas.

É neste sentido que Habermas, conforme COSTA (1997:189), considera os movimentos sociais como segmentos que ainda preservam as estruturas comunicativas ancoradas no mundo vivido, o qual se constitui no único espaço em que ainda sobrevive a ação comunicativa. Isso se faz claro à

medida em que se entende que um movimento social reúne sujeitos que, de modo geral, crescem no interior de uma tradição cultural que necessita ser reconhecida e partilhada, na tentativa de se criar uma identidade comum para, a partir daí, agirem como membros de um grupo solidário ou, conforme Arato e Cohen, citados por GOHN (1997a:137), “...coordenarem suas ações por intermédio de normas intersubjetivamente reconhecidas...”.

À luz da teoria de Habermas, considera-se que o grau de articulação interna do MST, mencionado por GRZYBOWSKI (1991:22), está associado à retomada de processos comunicativos que se materializaram através de grupos de reflexão e da utilização de veículos mais sofisticados de informação. Foram esses processos comunicativos que permitiram “...a transformação de sujeitos anônimos e passivos em sujeitos coletivos...” (TARELHO, 1988:97), já que eles sempre funcionaram como “...conscientizadores e portadores de uma identidade social crítica” (TARELHO, 1988:97).

Esta constatação fundamenta a hipótese, referida no problema desta pesquisa, de que o Jornal do MST ultrapassa a mera função informativa para dar continuidade à integração promovida pelos espaços de interação. Da mesma forma que os grupos de reflexão traziam à tona as experiências individuais, transformando-as num saber coletivo, o Jornal também vem conseguindo ampliar a luta de cada um dos sem-terra, levando-a ao conhecimento de outros trabalhadores rurais que, muitas vezes, encontram-se localizados em regiões geograficamente opostas.

Além disso, ele também se revela como um espaço crítico e de questionamento, essencial à ação comunicativa, no que diz respeito às decisões implementadas pelos principais setores da sociedade. O que significa dizer que a contribuição do Jornal na construção do saber coletivo dos sem-terra não se restringe apenas à divulgação das “lutas” que envolvem o MST. Ela também se dá no

“...desmascaramento dos diversos interesses (do governo, dos partidos, dos latifundiários, dos empresários, dos trabalhadores) em conflito na sociedade, bem como nas denúncias dirigidas, sobretudo em relação à violência praticada contra os trabalhadores e às manobras do governo e de seus aliados para impedir a realização da reforma agrária” (TARELHO, 1988:165).

Na verdade, o **Jornal Sem Terra** assume, em conjunto com as manifestações de protesto coletivo, um papel importante enquanto espaços comunicativos, uma vez que trazem consigo a possibilidade de os integrantes do MST e, até mesmo, a sociedade, questionarem e criticarem as ações implementadas pelo Estado e pelo próprio Movimento. Com isso, auxiliam na construção de uma razão e de uma verdade diferenciadas daquela que o sistema, representado pelo dinheiro e pelo poder, delineou como prevalecente no que diz respeito a alguns aspectos que envolvem a questão agrária no Brasil.

A existência de um Jornal próprio do MST reforça a dimensão do espaço interativo e rompe com a idéia de que as suas ações ocorrem apenas nas fases iniciais de um movimento social, como acredita GOHN (1997 b:152), quando se dá mais ênfase a discursos e falas. A continuidade da dimensão interativa através de um veículo impresso revela a consciência do papel importante que a escrita assume neste processo. Até porque ela é uma representação gráfica secundária da fala e, como tal, dispõe de alguns privilégios, entre eles, a permanência de uma mensagem. Ao contrário da fala, que é efêmera, a escrita pode ser conservada; suas mensagens consultadas e lidas por inúmeras pessoas em diferentes épocas e lugares. Neste sentido, tem a possibilidade de ampliar os atos de fala e dar uma nova dimensão à ação comunicativa.

Dimensão esta que se reflete no maior entendimento entre os participantes de uma comunicação, aqui identificados como os sem-terra. E como bem lembra ARAGÃO (1992:52), “...qualquer forma de comunicação que visa o entendimento é também uma forma de interação através da qual os participantes desenvolvem, confirmam e renovam a sua pertença a grupos sociais e suas identidades”. Isso determina que a linguagem contém dentro de si a disponibilidade para o entendimento e a possibilidade de promover um acordo intersubjetivo entre os participantes de uma comunicação, já que “...todos os envolvidos encontram-se em igualdade de chances para decidir as orientações da ação que vão determinar a vida social” (ARAGÃO, 1992:54).

A partir daí, considera-se que os processos comunicativos ocorridos no interior do MST, a princípio incentivados por setores da Igreja, funcionaram como recursos promotores deste acordo intersubjetivo que vem sendo

reforçado não só pelo Jornal, mas também pelas manifestações de protesto coletivo, já que ambos conseguem levar aos sem-terra o reconhecimento de sua situação de carência e exclusão social. A identificação destes aspectos, bem como o desejo de mudá-los são, portanto, provenientes de um entendimento alcançado racionalmente que é obtido através de argumentações e debates que ocorrem no interior dos espaços de socialização política como são considerados os movimentos sociais.

Segundo ARAGÃO (1992:55),

“...na medida em que os homens pensam, falam e agem coletivamente de forma racional, estão se libertando não só das formas de conceber o mundo e a si impostas pela tradição, como também das formas de poder hipostasiadas pelas instituições”.

Talvez por isso é que HABERMAS (1988) considere a força do melhor argumento como a única força admissível na ação comunicativa, já que ela se manifesta como uma maneira de se emancipar e de se combater o dogmatismo, a dominação social ou qualquer outra forma de coação interna ou externa imposta aos sujeitos falantes e agentes

“uma sociedade deve sua emancipação da instância da natureza exterior aos processos de trabalho: à produção de um saber tecnicamente aplicável (inclusive à transformação da ciência natural em maquinarias); a emancipação frente à coerção da natureza interna se processa quando as instituições detentoras do poder coercitivo são substituídas por organizações da interação social exclusivamente comprometidas com uma comunicação isenta de dominação” (Habermas, citado por ARAGÃO, 1992:55).

Quando se fala numa comunicação isenta de dominação o que se apreende da teoria habermasiana é a busca por uma comunicação não distorcida, na qual os atores são livremente engajados no processo de argumentação, criticando os aspectos subjetivos e objetivos para, a partir daí, agirem. No caso específico do MST, o **Jornal Sem Terra** caminha nesta direção não apenas por apresentar-se como um veículo aberto à participação de todos os trabalhadores rurais e simpatizantes de sua causa, mas, sobretudo, por veicular mensagens que, diferentemente da mídia em geral, promovem maior transparência nas relações que envolvem os sem-terra, aumentando, com isso, a sua capacidade de entendimento.

Para que se compreenda a comunicação do MST ou, mais especificamente, o seu Jornal, como expressão de ação comunicativa, não se pode vislumbrá-lo apenas sob o enfoque instrumental ou como expressão de um agir estratégico. É preciso que se leve em conta um conjunto de valores que se expressa através de suas mensagens para que se possa compreendê-lo como elemento importante na promoção do acordo racional ou do entendimento que hoje se observa entre os trabalhadores rurais. E são estes valores, manifestados a partir da fala dos atores presentes no **Jornal Sem Terra**, que se desejou desvendar, na tentativa de associá-los à construção da identidade daqueles que hoje integram o MST.

O sentido desta busca se firma no reconhecimento de que o **Jornal Sem Terra** é um meio importante de superação das deformações sistêmicas que ocorrem no âmbito da comunicação brasileira, que ainda excluem da sociedade o tema reforma agrária e ameaçam desestabilizar a organização dos trabalhadores rurais. Ao lado das reuniões, dos congressos e das manifestações públicas utilizadas pelo MST, o Jornal representa a retomada de um processo comunicativo pelo fato de recuperar informações e pontos de vista que ainda hoje são obscurecidos pelo discurso tecnocrático dominante. Neste sentido, constitui-se num meio restaurador das formas de solidariedade colocadas em risco pela racionalização sistêmica.

Esta percepção dá margem para que se interprete o Jornal do MST, como uma tentativa de descolonização do sistema sobre o mundo vivido dos sem-terra, já que boa parte de seu conteúdo provém de fontes que estão inseridas num mesmo contexto, ou que partilham de uma mesma tradição cultural, não havendo de forma explícita a intensão de manipulação, mas sim da construção de um entendimento que se faz através da crítica e da interpretação dos fatos. O Jornal se configura, portanto, como um instrumento que preserva e amplia a infra-estrutura comunicativa ancorada no mundo vivido.

Só que, pelas suas características editoriais, ele amplia esta infra-estrutura no interior do MST, ao contrário das manifestações de protesto coletivo, que divulgam para a sociedade, em geral, os problemas tematizados na vida cotidiana dos sem-terra e denunciam as angústias que ainda envolvem o mundo privado dos trabalhadores rurais. Neste sentido, é que estas ações

também podem ser consideradas significativas, enquanto processos comunicativos e expressões de ação comunicativa, pois à medida que promovem um diálogo do MST com a sociedade, criam a possibilidade de construção de entendimento sobre uma causa que, se for bem assimilada, poderá ajudar a reverter a situação de marginalidade dos sem-terra.

Além disso, revelam o descontentamento dos trabalhadores rurais com a realidade construída de forma sistêmica que, no caso específico da agricultura, impôs um modelo de racionalidade técnica, no qual o MST se nega a compartilhar, demonstrando, assim, uma resistência contra a colonização do mundo vivido dos sem-terra. Em face a estas considerações, percebe-se a importância que as manifestações de protesto coletivo assumem, em conjunto com o Jornal do MST, na luta do Movimento. Afinal, enquanto processos comunicativos, eles criam, respectivamente, a possibilidade de formar um consenso no nível da esfera pública (sociedade e Estado) e no nível da esfera privada (MST) sobre os aspectos que envolvem a sua maior causa: a reforma agrária.

5. METODOLOGIA

O objeto de estudo deste trabalho permitiu que se utilizasse como técnica de pesquisa a análise de conteúdo que, de acordo com BARDIN (1977:42-44), se define como “*a análise das comunicações*” ou como a “*...busca de outras realidades através das mensagens*”. De modo geral, ela é empregada para que se conheça o que está por trás das palavras sobre as quais se debruça. Objetivo que nesta pesquisa cedeu lugar à compreensão das mensagens conforme estão expressas, a fim de que se apreendesse a maneira como foi se construindo o entendimento entre os sem-terra, nesta última década e que, de certo modo, tem fundamentado as suas ações.

Para que se fizesse essa apreensão, considerou-se importante não se restringir às palavras isoladamente, mas aos argumentos contidos no **Jornal Sem Terra** por julgar que eles revelam com mais ênfase o conteúdo construído pelo MST. A partir desta percepção, procurou-se associar o Jornal à perspectiva teórica adotada, identificando elementos que fundamentassem a sua interpretação como expressão de ação comunicativa. Assim, com o propósito de se obter uma descrição objetiva e sistemática dos enunciados, desenvolveu-se a análise a partir da adoção de alguns critérios.

O primeiro deles relaciona-se à seleção do material analisado. Foram escolhidas 24 edições do **Jornal Sem Terra**, no período definido entre janeiro de 1990 e dezembro de 1997. Embora este número corresponda a aproximadamente 30% dos jornais editados naquele período, reconhece-se

que este percentual pode não ser estatisticamente representativo, em função do fato de o Jornal ser um reflexo contínuo da sociedade. Desta forma, qualquer que fosse o tamanho da amostra ele não representaria o número total de periódicos publicados e, conseqüentemente, as idéias neles inseridas.

A dificuldade de se obter critérios de representatividade em termos de idéias não foi, contudo, suficiente para anular o reconhecimento de que o Jornal do MST expressa o significado substantivo dos atores que participam do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. Neste sentido, tentou-se superá-la optando pela seleção de três edições publicadas a cada ano, tomando-se como referência objetiva as seções e,ou, colunas (Editorial, América Latina, Estados e Liderança) que se mantiveram fixas durante o período estudado, por considerar a capacidade que têm de expressar o processo evolutivo de entendimento. É importante que se diga que a referida seleção foi desenvolvida em função das edições disponíveis na Secretaria Nacional do MST, que cedeu o material, e a partir da publicação no Jornal de aspectos importantes relacionados à história do Movimento, tais como a realização de ocupações, caminhadas, encontros e discussões que tiveram repercussões nos âmbitos interno e externo ao MST.

Para a construção da análise proposta, recorreu-se às edições do **Jornal Sem Terra** publicadas em junho, julho e novembro de 1990; em abril, agosto e setembro de 1991; em maio, setembro e novembro de 1992; em abril, novembro e dezembro de 1993; em março, agosto e setembro de 1994; março, maio e setembro de 1995; em maio, agosto e setembro de 1996 e em janeiro, fevereiro e abril de 1997. Além disso, recorreu-se às edições publicadas nos meses de agosto de 1996 e outubro de 1997 que não foram incluídas na amostra e, portanto, não serviram como objeto de análise, mas apenas como complemento informativo e,ou, ilustrativo sobre a comunicação do Movimento. Cumpre destacar que, com a intenção de facilitar a identificação do **Jornal Sem Terra** referenciado durante a análise, adotou-se como convenção a sigla JST, seguida do mês e ano de sua edição e da página da qual foi retirado o texto a que se deu destaque.

Um outro critério adotado foi a transformação dos pressupostos básicos da ação comunicativa (solidariedade, espontaneidade, cooperação e integração), mencionados no referencial teórico, em categorias a serem

identificadas nas seções fixas do **Jornal Sem Terra** e em outras colunas que, em alguns momentos, também se mostraram importantes para a concretização do estudo proposto. Paralelamente ao levantamento desses dados, foram realizadas entrevistas com o responsável pelo setor de comunicação do MST e o editor do **Jornal Sem Terra**, que serviram como complemento fundamental para a realização da análise.

6. O JORNAL SEM TERRA

6.1. A construção de um veículo de informação

A primeira edição do **Jornal Sem Terra** foi publicada em 1981. Era um boletim mimeografado, com tiragem de 700 exemplares, que trazia na capa uma carta dos colonos da Encruzilhada Natalino (RS), um acampamento que se tornou uma referência importante na história do MST, já que ali ele começava a “...*estruturar-se com o objetivo de lutar por uma reforma agrária radical*” (KUSCHICK, 1996:146). O propósito da carta era levar às lideranças sindicais, religiosos, parlamentares e entidades civis informações sobre as lutas dos trabalhadores sem-terra e, com isso, promover uma articulação solidária em torno do movimento.

As informações publicadas na edição do **Sem Terra** de agosto de 1996, por ocasião da comemoração de seus 15 anos, lembram que no auge da luta em Encruzilhada Natalino, o Jornal chegou a circular uma vez por semana. Isso aconteceu em função da sua proposta de servir como interlocutor entre as famílias acampadas e o mundo externo, mais precisamente os agentes da sociedade civil e política. A eficiência alcançada, naquele momento, como canal de comunicação, permitiu que, em julho de 1982, já com uma tiragem de 1500 exemplares, o então boletim **Sem Terra** assumisse o papel de informativo oficial do Movimento na região sul, uma decisão referendada pelos trabalhadores presentes no encontro da Regional Sul dos Sem-Terra. Um ano

depois, a substituição do mimeógrafo pelo off-set introduzia um novo perfil ao boletim que amplia sua tiragem para 3 mil exemplares e passa a ser avaliado pelos integrantes do Movimento em seus encontros regionais.

Foi a partir da fundação do MST como um Movimento de representatividade nacional, em 1984, que se decidiu pela transformação do boletim **Sem Terra** em um Jornal tablóide que circulasse por todo o País como um órgão de divulgação amplo. *“Assim, em julho de 1984, surgiu o **Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**, editado mensalmente e, na época com circulação de 10 mil exemplares, sobretudo na Regional Sul”* (JST, ago. 1996:7). Com a transferência da Secretaria Nacional do MST de Porto Alegre para São Paulo, em 1985, o Jornal também se transfere, deixando de ser, como até então, elaborado na capital gaúcha, para usufruir das facilidades organizacionais que a mudança representava não apenas do ponto de vista político, como também de estruturação e divulgação.

Como veículo de comunicação, o **Jornal Sem Terra** reflete em suas páginas o crescimento organizacional do MST e o progressivo reconhecimento da sua importância como instrumento de formação política para seus integrantes. A discussão sobre a criação de uma política de comunicação própria do Movimento ampliou esse reconhecimento que se materializou através do aumento do número de páginas do Jornal (de 16 para 20) e da melhoria de qualidade de suas informações que, desde 1996, passaram a ser transmitidas por intermédio de *“...matérias mais aprofundadas, no sentido de dar-lhes maior perenidade”* (JST, ago. 1996:7).

Relembrar a história do **Jornal Sem Terra** é, antes de tudo, relembrar a história do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, já que nele estão registrados os principais fatos que compuseram a trajetória daquela organização. Mas nem só de fatos se constrói uma história. A menos que eles sejam sempre considerados como conseqüentes de um eterno envolvimento entre as questões objetivas e subjetivas que compõem a humanidade.

Isso significa que se, por um lado, a história do MST se constrói através das ações de confrontos, de manifestações violentas, de ocupações de terra e de caminhadas que, aos olhos da mídia, se transformam em fatos; por outro lado, ela também se processa através da esperança, da solidariedade, da união, enfim da instituição de alguns valores que permitem a organização de

um movimento social. Por esta razão, muito menos pelos fatos que registra, o Jornal se destaca pela sua contribuição na construção destes valores que foram fundamentais para a formação da identidade coletiva dos sem-terra e, conseqüentemente, para o desencadeamento de suas ações.

É a partir desta compreensão que se pode interpretá-lo como um veículo que não cumpre apenas a função estratégica de informar, mas que também promove a intersubjetividade dos sem-terra. E isso se faz através de matérias que, de modo geral, referem-se a aspectos que para eles são universais, fazendo, assim, com que se identifiquem uns com os outros e se conheçam e reconheçam, reciprocamente, como sujeitos iguais. Neste sentido é que se inclui o **Jornal Sem Terra** numa rede de ações comunicativas que amplia as relações interpessoais dos integrantes do MST, facilitando a sua interação e a construção de um acordo consensual em torno da constituição de uma sociedade menos desigual.

6.2. A expressão de um entendimento

Ao lado das escolas dos assentamentos, dos congressos e reuniões promovidas pelo Movimento, o Jornal se apresenta como um espaço em que o mundo vivido se reproduz. É através dele, portanto, que os sem-terra, a partir de um horizonte pré-interpretado (mundo vivido), buscam entender-se sobre aspectos que compõem o mundo objetivo, o mundo social e o mundo subjetivo. A reprodução do mundo vivido pelo Jornal assegura “...a continuidade da transmissão cultural e uma coerência do saber suficiente para a necessidade de competência mútua da práxis cotidiana” (HABERMAS, 1990:291).

É importante ressaltar que ao mesmo tempo em que o mundo vivido serve como contexto para a elaboração do Jornal, ele também

“...fornece recursos para que sejam construídos processos de interpretação (expressos no Jornal) com os quais os participantes da comunicação procuram suprir a carência de entendimento mútuo que surgiu em cada situação de ação” (HABERMAS, 1989:167).

Embora seja uma realidade pré-estruturada simbolicamente, o mundo vivido poderia ser interpretado, em termos jornalísticos, como a fonte geradora das matérias publicadas no **Jornal Sem Terra**, uma vez que elas são

elaboradas a partir da realidade cultural dos trabalhadores rurais. Mas ele também se nutre dessas matérias que trazem consigo novas informações e, com isso, a possibilidade de expandir o estoque de conhecimentos que o compõe, fazendo com que se amplie a capacidade de um entendimento racional entre as pessoas, aqui consideradas como os sem-terra, envolvidas no processo de interação.

Informar aos trabalhadores; formar e orientar; organizar o movimento; denunciar e alimentar a esperança dos sem-terra são os principais objetivos do *Jornal do MST* (JST, ago. 1991:8) que, através deles, constrói a sua linha editorial. Em 20 páginas que se misturam entre informações e opiniões, o *Jornal* se revela como um veículo que amplia e reforça o mundo vivido dos trabalhadores rurais ou como um espaço de organização sócio-política do MST, já que seus objetivos expressam, de certa forma, a racionalidade que vem sendo trabalhada e construída pelo Movimento.

De fato, as edições analisadas para esta pesquisa demonstraram que os objetivos propostos pelo **Jornal Sem Terra** estão contemplados em suas matérias e se evidenciam ainda mais quando se estabelece uma ligação entre eles e o aspecto central de uma ação comunicativa que é a integração social. Ou ainda quando se percebe a relação de afinidade que mantêm com os pressupostos básicos da ação comunicativa, já mencionados no capítulo 4 como sendo a sociabilidade, a espontaneidade, a solidariedade e a cooperação.

É inevitável que se associe os objetivos do **Jornal Sem Terra** à crescente e constante preocupação do Movimento de aumentar a integração dos trabalhadores rurais. Integração que, segundo ARAGÃO (1992:51) é medida pela solidariedade que, por sua vez, é conseqüente, na opinião de TARELHO (1988:170), do aprendizado de como se unir e se organizar. O *Jornal* participa deste aprendizado através da coluna “Núcleos” que, apesar de não ter se mantido como seção fixa durante o período analisado, foi importante para que os sem-terra adquirissem ou reforçassem a noção de que “...*para se unir e se organizar [...] é indispensável saber se reunir*” (TARELHO, 1988:171).

É sob esta perspectiva, portanto, que se destaca a coluna “Núcleos” que reflete em seu nome uma forma de organização implementada pelo MST que para “... *profissionalizar a luta pela terra...*” (JST, jun. 1990:6) constituiu

núcleos em todos os seus assentamentos com o objetivo de sustentar organicamente o Movimento. Neste sentido, é que essa coluna tem como preocupação fundamental criar um conjunto de normas que facilitem o entendimento e a interação dos sem-terra e, conseqüentemente, o amadurecimento de sua organização.

Na edição de abril de 1991, por exemplo, ela ensina aos militantes do MST a maneira como devem formular suas propostas durante as reuniões mantidas pelo Movimento. Para isso, sugere três passos fundamentais: a apresentação da idéia que deve vir acompanhada de seus objetivos e do esclarecimento de dúvidas; a discussão e a formulação da proposta propriamente dita que precisa ser analisada de acordo com a linha política do Movimento para que se possa, a partir daí, verificar a sua viabilidade que também deve levar em conta as condições políticas, orgânicas e econômicas para a sua concretização. E, por fim, o planejamento de execução da proposta que inclui a retomada de seus objetivos, o alinhamento de todas as atividades correspondentes, a nomeação dos responsáveis para cada atividade e a discussão sobre os meios a serem utilizados para que ela seja colocada em prática.

Estas regras possibilitam aos militantes do MST tornar as reuniões do Movimento mais objetivas, evitando longas discussões que, segundo a coluna, são conseqüentes da confusão que se estabelece em torno dos conceitos de proposta e sugestão que, na verdade, “... *indica apenas o que tem que ser feito, mas não detalha como deve ser feito e quem deve fazer*” (JST, abr. 1991:3).

Das 24 edições do **Jornal Sem Terra** analisadas, em apenas quatro registrou-se a ocorrência desta coluna que, a partir de 1992, parece ter se diluído em outras seções do veículo. Porém, até que esta diluição acontecesse, ela cumpriu um papel significativo no sentido de ensinar aos sem-terra a integrar as “lutas” do MST (JST, set./out. 1991:3) e a agirem em conjunto, dividindo, por exemplo, os trabalhos e as responsabilidades dentro do Movimento. Isto se faz claro na edição de setembro de 1992, quando a coluna chama a atenção dos militantes do MST para as tarefas que devem adotar no sentido de melhorar a comunicação do Movimento. Tarefas estas que passam

pela elaboração das notícias, distribuição dos jornais, leitura e venda de assinaturas.

Outro aspecto que fundamenta esta observação é a idéia de que *“os militantes não devem dedicar-se somente à organização das ocupações ou das cooperativas. Devem participar de todas as atividades internas do MST”* (JST, jun. 1990:6). Um outro fato está relacionado ao incentivo dado pela coluna ao intercâmbio de experiência: *“as experiências adquiridas através da luta devem ser discutidas e repassadas para os demais companheiros...”* (JST, set./out. 1991:3); à participação: *“...em todas as lutas sejam elas desenvolvidas ou não pelo MST”* (JST, set./out. 1991:3) e à propaganda dos resultados das ocupações: *“...através da produção nos assentamentos, organização de feiras nas cidades e mercados permanentes”* (JST, set./out. 1991:3).

Se por um lado, a coluna “Núcleos” se mostrou importante para fortalecer princípios fundamentais à reunião como participação, planejamento e formulação adequada de propostas, ela também se configurou como uma seção pouco crítica com relação ao mundo objetivo dos sem-terra. Ou seja, não estabeleceu uma reflexão acerca do mundo dos fatos que compõem a realidade dos trabalhadores rurais, atendo-se, essencialmente, a regras. Embora, em algum momento, manifestasse uma preocupação com a necessidade de os integrantes do MST pensarem sobre a sua “luta”, como ficou explícito na edição de setembro/outubro de 1991 através do comentário de que

“os trabalhadores rurais aprendem que se lutarmos apenas por terra nunca chegaremos a resolver o problema da miséria no campo. Este aprendizado mostrou que é preciso transformar a luta pela terra em uma luta pela reforma agrária...” (JST, set./out. 1991:3).

Ao contrário da coluna “Núcleos”, ou complementando-a, o “Editorial” do **Jornal Sem Terra** apresenta aos integrantes do MST a possibilidade de relacionar criticamente o seu mundo vivido com o mundo dos fatos, colocando-os, de certa forma, um frente ao outro, para a partir daí estabelecer pretensões de validade do Movimento que podem ou não serem aceitas por seus militantes. Para que se interprete essa seção do Jornal, considera-se importante, num primeiro momento, recorrer à sua definição instrumental que,

em linhas gerais, se resume à idéia de um *“texto que expressa a opinião de um jornal”* (NOVO MANUAL DA REDAÇÃO, 1993:70).

Geralmente, o editorial não é assinado, e reflete o pensamento dos donos dos jornais. Por isso, conforme ABRAMO (1988:116) seria, na grande imprensa, o único espaço em que de fato ocorre a liberdade de imprensa. No caso do **Jornal Sem Terra**, o editorial também reflete a sua opinião, ou mais especificamente, a opinião das lideranças do MST, que se confunde com a do próprio Movimento, já que até 1990 a coluna recebia o nome de “Nossa Posição”. Segundo MELO (1985:79), *“...a opinião contida no editorial constitui um indicador que pretende orientar a opinião pública. Assim sendo, o editorial é dirigido à coletividade”*.

Na maioria das vezes, crítico às ações dos governos, o “Editorial” do Sem Terra ultrapassa o seu caráter opinativo para se firmar como uma seção instituidora de normas e valores que acabaram se cristalizando na história do MST. Afirmações como *“...somente a força da organização e da mobilização poderá conseguir que nossas reivindicações sejam atendidas”* (JST, jun. 1990:3), estão presentes em 18 dos 24 editoriais analisados, difundindo-se, assim, a idéia de que as ações isoladas ou individualizadas devem ser substituídas pela unidade da ação. Afinal, *“somente o povo organizado é capaz de resistir e assegurar o direito fundamental à vida...”* (JST, jun. 1990:3).

Mesmo que em alguns momentos, a linguagem utilizada se assemelhe à panfletária, ela traduz os princípios que vem promovendo a união e a organização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. É através, por exemplo, da percepção de que *“...os problemas do campo só se resolverão com a reforma agrária”* (JST, jul. 1990:3); de que *“somente grandes mobilizações de massa conseguirão terra para trabalhar e melhores condições de vida”* (JST, abr. 1991:3); de que *“devemos organizar as massas para ampliar as mobilizações contra o governo, por nossos direitos e por uma vida mais digna”* (JST, maio 1992:3) e de que *“precisamos ter a capacidade para transformar a indignação em organização popular e através de lutas concretas, buscar as respostas necessárias”* (JST, mar. 1994:2) que os sem-terra vão reconhecendo e reforçando a sua capacidade, enquanto sujeitos coletivos, de alterar as suas condições de vida.

A cada edição do Jornal, o “Editorial” abre caminhos para que esta percepção amadureça, trazendo à tona um fato recente da realidade brasileira e estabelecendo, a partir dele, uma dimensão reflexiva sobre as ações que envolvem as instituições e até mesmo os próprios trabalhadores rurais. Isso permite ao MST (ou às suas lideranças) a defesa de uma opinião que é justificada a partir da apresentação de razões. Com isto, o “Editorial” acaba se traduzindo como essencial à formação do consenso racional perseguido pela ação comunicativa, já que nele estão contidos, em forma de discurso, os argumentos que se fazem necessários para a construção de um entendimento.

Esta observação explica, de certa forma, o porquê que “...Habermas evita qualquer referência a uma razão entendida como entidade que possa existir fora das ações efetivas, para concentrar-se nas razões apresentadas por atores nas suas interações” (COHN, 1993:68). Quando, por exemplo, o “Editorial” critica a ação do poder Judiciário e da Polícia Militar, instituições que poderiam estar incluídas naquilo que HABERMAS (1989:101) define “...como objetos de pseudolegitimação, que cumprem a função de impedir que sejam tematizadas”, o **Jornal Sem Terra** está, na verdade, construindo e divulgando a interpretação do MST sobre estes atores e colocando em xeque afirmações “absolutas” como a que está expressa no artigo 5.º dos direitos individuais e coletivos da Constituição brasileira:

”todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros, e aos estrangeiros residentes no País, a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade...”

O rompimento com a verdade desta afirmativa se constrói a partir de convicções comuns que são elaboradas racionalmente através das experiências vividas pelos sem-terra que, no seu cotidiano, vêem o seu direito à vida e à liberdade serem transformados em morte, tortura e prisão; o seu direito à segurança ameaçado por uma polícia repressiva e por pistoleiros, e o seu direito à propriedade inexpressivo frente à uma estrutura fundiária que sempre privilegiou o latifúndio. Todos os aspectos denunciados e questionados através dos editoriais do **Sem Terra** “justificam” ou fundamentam as ações adotadas pelo MST, pelo menos do ponto de vista interno de sua organização.

E isso se faz claro no “Editorial” publicado na edição de setembro de 1992. Sob o título “Fora Collor; Reforma Agrária Já”, ele chama a atenção sobre o fato de que

“enquanto o Judiciário garante os direitos de defesa a Collor, PC e sua malta, em relação aos trabalhadores, estas garantias nem sempre são respeitadas. Até pouco tempo dizia-se que somente os ladrões de galinha iam para a cadeia, referindo-se à parcialidade de atuação da polícia. Hoje, evidencia-se que o poder Judiciário também atua de acordo com a posição social das pessoas envolvidas” (JST, set. 1992:3).

Para justificar esta opinião, o “Editorial” traz à tona uma série de fatos. Entre eles a ameaça do tribunal de justiça do Paraná de utilizar o exército para despejar famílias acampadas, mesmo sem o aval do governador do Estado que, *“...pela primeira vez, olha para os acampamentos de sem-terra como um problema social [...] e se recusa a utilizar a PM...”* (JST, set. 1992:3). Outro fato é a prisão, decretada pelo juiz da cidade de Mirante, de oito trabalhadores rurais no Pontal do Paranapanema (SP), onde as terras foram griladas pelos fazendeiros, o que acaba gerando o seguinte questionamento: *“mas, e os grileiros que roubaram as terras?”* (JST, set. 1992:3).

Certamente, a resposta para questões como esta não está, ao contrário dos fatos, pronta e acabada e, portanto, aceita pelos sem-terra como uma verdade absoluta. Ela se constrói a partir da relação que eles estabelecem com o mundo objetivo que gera os fatos e o mundo subjetivo que se expressa através da percepção que, neste caso, se resume à idéia de que o *“poder Judiciário protege os interesses dos latifundiários e da burguesia agro-industrial e criminaliza a luta pela reforma agrária”* (JST, set. 1992:3).

Se esta percepção se dá, num primeiro momento, num nível individual, o **Jornal Sem Terra** tem a capacidade de torná-la coletiva e, o “Editorial”, mais especificamente, de transformá-la, através da crítica e do questionamento, num consenso que deve servir como referência para as ações. No caso do “Editorial” exemplificado, o entendimento se traduz no reconhecimento de que

“acima da lei que resguarda os interesses de uma minoria abastada, está a lei pela sobrevivência e vida digna de milhões de famílias. Da mesma forma que os cassetetes dos militares não impediram a luta pela democratização, não será através de “lei” que as forças conservadoras irão barrar a luta dos trabalhadores por um País socialmente justo e democrático” (JST, set. 1992:3).

Ao mesmo tempo em que afirmações desta natureza explicitam o consenso firmado em torno da idéia de que *“a luta pela reforma agrária não depende da licença ou aprovação do governo ou da justiça...”* (JST, set. 1992:3), elas demonstram que a lei não está tão arraigada ao mundo vivido dos sem-terra. O que pode ser considerado como uma resistência à sua colonização pelo sistema, já que *“... o quanto a lei adentra o mundo da vida equivale ao quanto a reificação ou sua colonização ocorrem”* (BRONNER, 1997:362).

Num primeiro momento, isso poderia representar um incentivo à desobediência. Contudo, a interpretação que se faz a partir dos editoriais analisados é a de que o MST não é contrário à existência das leis, mas sim ao seu desrespeito pelos governos e pelo próprio poder Judiciário que as utiliza como *“um disfarce para reprimir os trabalhadores”* (JST, jun. 1990:3). É neste sentido, portanto, que se direciona a metade dos 24 editoriais estudados que coloca no centro de suas reflexões a justiça brasileira em contraposição à situação concreta de vida em que estão inseridos os sem-terra. Ao estabelecer este contraponto, o MST justifica, por exemplo, a posição de que ele *“...sempre lutou pela legalidade, pela democracia, mas não pode permitir que os companheiros sejam assassinados, que as ações de repressão aconteçam sem que os trabalhadores tenham o direito de se defender”* (JST, jun. 1990:3).

Como principais alvos de questionamento, a Polícia Militar, o governo federal e o poder Judiciário são interpretados pelo MST como esferas associadas aos subsistemas econômico e político. E como tal promovem uma integração sistêmica que exclui a discussão e a crítica de uma parcela significativa da sociedade. O “Editorial” do **Jornal Sem Terra** representa a possibilidade de romper, através do discurso, com a lógica que o Estado, vem tentando impor às questões que envolvem o cotidiano dos sem-terra.

E isso se faz através do desmascaramento das ações institucionais que, além de tornar as relações mais transparentes, permite aos sem-terra a construção de uma visão crítica que se mostra amadurecida quando reconhece, por exemplo, que *“as lutas políticas pela reforma agrária não são caso de polícia, pois problemas sociais não se solucionam com repressão”* (JST, abr. 1993:3). Na verdade, o desmascaramento referido sugere aos sem-terra que as ações implementadas pelo Estado, segundo se observa em todos

os editoriais analisados, não têm alterado em nada a história de exclusão dos trabalhadores rurais. Esta constatação, que reforça o papel crítico do “Editorial”, é capaz de criar as pretensões de validade que justifiquem as ações do Movimento a fim de garantir a sua unidade e harmonizar as suas metas de organização.

É em torno da obtenção destes dois aspectos que se desenvolve, através do “Editorial” do **Jornal Sem Terra**, a idéia da necessidade de união e de mobilização dos integrantes do MST. Idéia esta que não passa pelo ensinamento de regras, mas sim pelo desenvolvimento de um pressuposto básico: a não conformidade com as normas e valores já institucionalizados. A contraposição, já mencionada, entre as ações do Estado - representado pelo poder Judiciário, pela Polícia Militar e pelos governos - e a situação dos sem-terra, possibilita ao “Editorial” a construção de argumentos que motivem o entendimento entre os integrantes do MST em torno da consolidação do Movimento.

É através das denúncias e do exercício crítico e reflexivo promovido pelo “Editorial”, que o MST conjuga a esperança e a ação. E isso se faz claro quando vislumbra a mobilização e a união como únicas formas para se alcançar “...*melhores condições de vida...*” (JST, abr. 1991:2); para obter “...*a reforma agrária...*” (JST, nov. 1992:2); para garantir “...*nossos direitos e uma vida mais digna...*” (JST, maio 1992:3); “...*moralizar a política...*” (JST, nov. 1993:2), para obter “...*a punição de todos os corruptos...*” (JST, dez. 1993:2); para encontrar “...*as verdadeiras soluções para a miséria e a fome...*” (JST, dez. 1996:2) e para “...*defender a necessidade de um novo modelo de desenvolvimento para o Brasil que garanta justiça social e a soberania nacional de nosso País*” (JST, abr. 1997:2).

A associação da coluna “Núcleos” e do “Editorial” ao conceito de solidariedade referido por TARELHO (1988) se remete à idéia de que ambos auxiliam na construção do entendimento sobre a importância dos sem-terra de agirem em função de objetivos comuns. É a partir desta noção que os militantes do MST congregam seus esforços na tentativa de se criar uma integração do Movimento que, no Jornal, se expressa através das colunas “Estados” e “América Latina”.

6.2.1. Estados e América Latina

Preocupadas, essencialmente, com a informação pura e simples, sem o compromisso crítico, essas duas seções do Jornal do MST permitem aos sem-terra conhecer a realidade rural das 21 regiões em que o Movimento está organizado (STÉDILE,1997a:217), bem como a de países vizinhos, possibilitando, com isso, a identificação de uma situação de igualdade. É na seção “Estados” que, normalmente ocupa o maior número de páginas na edição, que a “luta”, a princípio isolada, de um grupo de trabalhadores rurais é ampliada para todo o Movimento ou, em outros termos, que as experiências individuais ganham uma dimensão coletiva.

É neste sentido que as ocupações, as festas, as conquistas e decepções, as tragédias e alegrias, que compõem o mundo vivido dos sem-terra, são retratados pelas notícias veiculadas por esta seção que, em alguns momentos, rompe com a relação objetiva que o Jornal mantém com o seu público. E isso se faz pelo fato de ela trabalhar melhor a subjetividade dos sem-terra. Ou, conforme MARCONDES (1989:149), “...de respeitar o sujeito e restituir-lhe a autoridade sobre o relato do fato...” Afinal, segundo ele,

“a história de cada um, o subjetivo, a consideração dos sofrimentos, das reclamações, dos problemas individuais, mas que têm sua determinação nos fatos sociais, conduzem a relações solidárias na medida em que não são esvaziados na forma objetiva de se transmitir e que não são desatados da vida e da experiência real do receptor”

A coluna “Estados” permite ao MST reconstruir um pouco da história dos trabalhadores rurais, fornecendo a eles elementos importantes para que entendam e critiquem o contexto atual em que estão inseridos. É desta forma que a edição de novembro de 1993 abre espaço para mostrar de que maneira alguns Estados comemoraram os 100 anos de Canudos ou “os 100 anos de luta pela terra” (JST, nov. 1993:8). Através da publicação de um artigo escrito por Dom Pedro Casaldáliga, o Jornal expõe uma parte da história do Brasil que foi apresentada como

“...uma tragédia de fanáticos [...] esquecendo-se que Canudos foi, sobretudo, organização, vontade de vida, de partilha, de produção e exportação. Foi uma sociedade autenticamente alternativa de progresso. Conseguiu produzir em plena seca para sustentar 25 mil pessoas”.

Além disso, conforme o artigo, “...*Canudos foi o primeiro grande acampamento dos sem-terra*”. A própria palavra de ordem que vinha sendo utilizada pelos integrantes do MST em 1993 - “ocupar, resistir e produzir” - foi, de acordo com Casaldáliga, a mesma praticada em Canudos, pois eles “...*ocuparam, resistiram a quatro investidas do Exército e produziram*”.

Ao comentar sobre Canudos, o Jornal, através da coluna “Estados”, dá aos trabalhadores rurais sem-terra a chance de se reconhecerem como sujeitos ativos de um processo histórico e de resgatarem um pouco das tradições que os ajudaram a construir o seu mundo vivido. Sem falar da possibilidade de romperem com a versão sistêmica de um fato, para construírem a sua própria visão, fundamentada na recuperação de informações que devem estar, antes de mais nada, comprometidas com a autenticidade e a verdade.

Contudo, mais do que promover um resgate histórico, lembrar Canudos ou qualquer outro conflito mais recente, como os que ocorreram nos Estados do Paraná (JST, abr. 1993:8), Bahia (JST, maio 1995:7) e Pará (JST, maio 1996:8), significa construir um saber coletivo concentrado, segundo TARELHO (1988:164), “...*em torno da idéia de que a terra não se ganha, mas se conquista*”. O fato de a coluna “Estados” informar sobre o cotidiano dos trabalhadores rurais permite ao Jornal reforçar a história coletiva dos sem-terra, ampliando a compreensão de que “...*quem não defende com garra os seus interesses, não consegue jamais concretizá-los nesta sociedade excludente*” (TARELHO, 1988:164).

Esta afirmativa se faz reconhecível quando se observa a tendência que as notícias publicadas pela coluna têm em associar as conquistas alcançadas pelo MST ao seu poder de pressão, aqui representados, principalmente, pelas ocupações, sejam de prédios públicos ou de latifúndios improdutivos. Quando se fala em conquistas, é importante compreendê-las não só no que se refere à terra, mas também à obtenção de energia elétrica num acampamento (JST, abr. 1993:6), à audiência e abertura de negociações com governos (JST, abr. 1991:6), ao levantamento de recursos para irrigação (JST, mar. 1994:7) e até mesmo à destituição de um superintendente do Incra (JST, set. 1992:7).

Mas existem outras conquistas que também são abordadas pela coluna sem que, necessariamente, estejam relacionadas a alguma forma de pressão,

mas sim à capacidade organizacional dos sem-terra, embora muitas vezes elas demandem mobilizações que reivindicam semente, adubo ou assistência técnica (JST, jun. 1990:8). Entre essas conquistas, estão a reorganização de regionais do Movimento, como a do Rio de Janeiro, em 1994 (JST, ago. 1994:6), e a fundação de cooperativas (JST, nov. 1993:10; JST, ago. 1994:8-9; JST, set. 1994:7; JST, jun. 1996:6) que disseminam pelo País um sonho do trabalhador rural.

“Quando o agricultor decide lutar e vai para um acampamento, ele tem sempre em mente o sonho de conquistar um pedaço de terra para trabalhar. Quando este sonho torna-se realidade, inicia-se uma nova luta e desta vez é pela implementação deste sonho, para fazer esta terra produzir e melhorar suas condições de vida. Nos assentamentos organizados pelo MST, espalhados por todo o território brasileiro, estão sendo implementados diversos tipos de propostas [...] O que existe de semelhante é a vontade firme destes trabalhadores de “tocar o barco”, isto é, tornar este sonho cada vez mais realidade e mudar a cara deste País. Alguns grupos de assentados decidiram tocar seu barco coletivamente, se reunindo em associações, cooperativas e procurando desenvolver uma nova proposta de relação de produção: os trabalhadores tornam-se co-proprietários da terra, de todos os implementos e de toda infra-estrutura do assentamento e decidem sobre tudo o que se refere a ele conjuntamente. Além de socializarem a terra, eles passam a socializar seus sentimentos e pensamentos, rompendo com diversas dimensões tradicionais e construindo, aos poucos, uma nova forma de viver em sociedade” (JST, ago. 1994:8-9).

São estas “vitórias”, que acontecem de norte a sul do País e que, de certa forma, são informadas pelo Jornal com mais agilidade se ele for comparado, por exemplo, aos Congressos Nacionais do MST que ocorrem de cinco em cinco anos, que alimentam a esperança dos sem-terra de reverter o atual quadro de exclusão e os encoraja diante da repressão. Assim, a interação entre os integrantes do Movimento vai se formando não pela imposição de argumentos, mas sim pelo entendimento que se faz, a partir do conhecimento de situações concretas, de que uma conquista obtida por uma regional do MST pode também ser alcançada por um outro Estado.

Num primeiro momento esta percepção da construção de um processo interativo entre os sem-terra pode parecer por demasiado simplista ou excessivamente objetiva. No entanto, ela se fortalece pela própria realidade dos trabalhadores rurais que, através da coluna “Estados”, compartilham de aspectos subjetivos como a angústia de não se poder entender uma democracia *“...onde algumas pessoas comem e outras ficam de barriga vazia”*

(JST, jul./ago. 1990:16). Não seria exagero afirmar que todos os trabalhadores rurais se identificam com afirmações como a do sem-terra Valdivino, para quem *“...a luta é difícil, mas vale à pena, pois precisamos da terra para sustentar nossos filhos”* (JST, abr. 1991:4).

Se, por um lado, depoimentos como este revelam a esperança e o otimismo de quem participa e acredita numa causa que pode vir a lhe assegurar um direito básico, por outro, revelam um aspecto que é essencial à organização do MST: a idéia de luta. Em todo o Jornal verifica-se, com freqüência, a utilização de três palavras que, por si só, mereceriam um estudo à parte: luta, resistência e conquista. Sem dúvida, estes três termos aproximam a causa do MST a uma guerra que a princípio poderia ser considerada apenas do ponto de vista ideológico, já que, conforme visto na seção anterior, ela se trava contra um sistema que apóia uma política agrária excludente, uma polícia repressora e um poder Judiciário comprometido com a elite política e econômica do País.

Contudo, ela também se manifesta na prática, por intermédio dos confrontos diretos e violentos que envolvem o MST, a Polícia Militar e pistoleiros, e que são justificados pelo Movimento, através de depoimentos como *“nós queremos uma reforma agrária pacífica, mas como ela não é possível somos obrigados a radicalizar”* (JST, jun. 1990:12). A violência que marca a história dos sem-terra, ou a “guerra” em que estão envolvidos, se mostra mais transparente na coluna “Estados”, em função do registro que ela faz dos fatos. Dentro da amostra estabelecida por esta pesquisa, registraram-se 37 notícias sobre violência que, nesta seção específica, está associada, principalmente, a despejos de acampados e assentados.

Nota-se que a idéia de guerra está associada ao que HABERMAS (1988) considera como ação estratégica que busca *“...não o entendimento mútuo, mas a competição pelo poder, travada entre grupos cujos interesses são tão antagônicos que não estão dadas as condições para uma tematização discursiva”* (FREITAG e ROUANET, 1980:22). Como o que se busca aqui é compreender a construção, por um grupo social, de um entendimento a partir do conceito de ação comunicativa, considera-se válido não restringir a utilização, pela coluna “Estados”, dos termos luta, resistência e conquista à simples intenção de incitar a massa de sem-terra contra seus opositores.

Deve-se ampliar esta análise na tentativa de se compreender que lutar, resistir e conquistar para os trabalhadores rurais é também a expressão do desejo de não colonização do seu mundo vivido. É, portanto, a manifestação da vontade de preservar a sua cultura e as suas tradições, que estão intimamente relacionadas à terra que, enquanto não é obtida, vem sendo ocupada pelos integrantes do MST, para garantir o que consideram como a sua “...*única alternativa para produzir alimentos*” (JST, jul./ago. 1990:16).

Independente da interpretação que se possa fazer sobre a utilização das palavras mencionadas, deve-se reconhecer a importância que elas representam na coordenação dos projetos de ação dos sem-terra e na organização de suas ligações recíprocas. Afinal, todos se vêem incluídos numa luta que não necessariamente está associada à “guerra”, mas à dificuldade de um cotidiano marcado por caminhadas, acampamentos, ocupações, despejos, violência, mensalmente registrados pela coluna “Estados”, a partir de depoimentos dos próprios sem-terra.

“Lutar, resistir e conquistar” representam, na verdade, as regras de um jogo fixadas consensualmente pelos integrantes do MST e que são colocadas em prática no sentido de lhes assegurar “...*as reivindicações justas de terra para trabalhar e de uma vida mais digna*” (JST, jul./ago. 1990:11). São estas regras que, de certa forma, revelam as intenções dos sem-terra, justificadas pela percepção coletiva de que “...*invadir terra é transferir cerca, falsificar títulos de propriedade, queimar choças de posseiros, que é o que os latifundiários fazem*” (JST, jul./ago. 1990:7). E que é também o fundamento de uma racionalidade contra a qual os sem-terra reagem através da coluna “Estados” que, ao permitir o compartilhamento de valores, contribui para a manutenção da identidade social dos trabalhadores rurais e, conseqüentemente, para a organização de suas ações.

A exemplo da seção “Estados”, a coluna “América Latina” também se constitui como elemento importante para reforçar a integração entre os sem-terra. Com a diferença de que ela não aborda questões específicas da realidade rural brasileira, mas de toda uma região que também apresenta dificuldades para se implantar a reforma agrária. É por intermédio desta seção que os integrantes do MST são apresentados aos países da América Latina, às suas histórias, às suas lideranças e aos seus principais acontecimentos,

possibilitando, com isso, recuperarem informações que haviam se perdido por conta de governos autoritários.

Sem falar da possibilidade de estabelecerem uma relação de cumplicidade com causas que ultrapassam as fronteiras brasileiras. Isso se observa, por exemplo, na edição de abril de 1993 do **Jornal Sem Terra**, quando, após um rápido perfil sobre o Peru, a coluna reivindica “...solidariedade ao povo peruano através do início de uma campanha de protesto contra os abusos da repressão policial e militar do governo Fujimori”. Ou quando, simplesmente, noticia sobre um congresso da FEDEFAM (Federação Latino-Americana de Associações de Familiares de Presos Desaparecidos) que denuncia a violência no Peru, Guatemala, Haiti, Colômbia e El Salvador (JST, dez. 1993:15).

Ao apresentar aos sem-terra a realidade dos países vizinhos ao Brasil, a coluna promove o reconhecimento de que, hoje, em todo o continente latino-americano, com exceção de Cuba (JST, abr. 1991:15), os trabalhadores rurais vivem a mesma situação de marginalidade. Com isso, consolida uma identidade e incentiva a integração das organizações de trabalhadores rurais da América Latina que, desde 1994, se manifesta através do Congresso Latino Americano de Organizações do Campo. Esta integração, no entanto, só se faz possível pela concordância de que “...as mudanças sociais vão ser realizadas pela classe trabalhadora unificada, pelos movimentos populares unificados...” (JST, jun. 1990:18).

É em torno desta idéia que a edição de setembro de 1992 noticia sobre a aliança de resistência indígena, negra e popular que se forma na América Latina, em função de que “cada vez mais os oprimidos descobrem a importância da unificação das lutas e o sentido de uma ação coletiva para pôr fim aos 500 anos de exploração e dominação de nossos povos” (JST, set. 1992:15). Embora os 500 anos a que a aliança se refere não tenham uma relação direta com o Brasil, o Jornal assume a importância de apoiá-la pela necessidade de “...nos entrosarmos com outros povos latino-americanos para, assim, discutir nossos problemas comuns e buscarmos formas concretas de fortalecer nossos laços de latinoamericanidade” (JST, set. 1992:15).

E justifica:

“nestes 500 anos, sofremos na carne o mesmo que outros povos do continente. O genocídio de nossos povos indígenas e a destruição de seus habitats, a escravidão dos negros, a miséria dos nordestinos, a prostituição de nossas crianças, o abandono de nossos menores de rua, a corrupção de nossos governantes, a miséria e a exploração de nossos trabalhadores urbanos e o saque das terras dos rurais [...] a estrutura de dominação que montaram nestes 500 anos matou nossos valentes antepassados e agora quer nos matar” (JST, set. 1992:15).

A partir de abordagens como esta, amplia-se a noção de que as regras impostas pelo sistema não podem mais ser consideradas como válidas. Afinal, seguindo o pensamento de Habermas, citado por COHN (1993:68) elas criaram uma distorção provocada pelo fato de a dominação ter substituído o entendimento mútuo pela obediência. A retomada pela coluna “América Latina” de interpretações que, até há algumas décadas, eram consideradas nocivas ao poder político estabelecido nos países latino-americanos, representa um caminho importante para a construção do entendimento referido por Habermas.

Isso porque, a exemplo da coluna “Estados”, permite uma discussão livre de qualquer forma de dominação repressiva que se manifesta, por exemplo, pelo depoimento da dirigente indígena guatemalteca, Ricoberta Menchi, quando afirma:

“em todos os países da América onde eu tenho estado, uma das fontes mais altas de conflito é o problema da terra. A distribuição injusta, a usurpação da terra por empresários. A expulsão dos camponeses pelo novo dono. Os outros níveis de privações: a falta de recursos financeiros que permita uma vida digna para o trabalhador rural e que obriga que a população emigre massivamente para as cidades. As pessoas vendendo seu pedacinho de terra por um preço miserável; tendo que sair da terra em busca de sobrevivência, porque não há tecnologia para o campo, porque não se estimula a capacitação do camponês, porque as cooperativas estão sendo feitas para diluir a comunidade, para dispersá-la e gerar novos pequenos empresários que diluem a organização social camponesa” (JST, set. 1994:15).

Este tipo de análise traz a cada um dos integrantes do MST a percepção de que a sua realidade não é individual, despertando-o, portanto, para a integração proposta por todas as seções do **Jornal Sem Terra** até aqui interpretadas. O entendimento comunicativo que se constrói através da coluna “América Latina” é conseqüente da reflexão que ela promove acerca do mundo dos fatos e da constatação de que é através da ligação intersubjetiva que irá se combater a dominação social. E isso se faz claro, novamente, através do

pensamento de Menchi (JST, set. 1994:15) para quem *“os camponeses têm que buscar estratégias comuns para tratar de defender a terra de maneira conjunta”*.

A partir das considerações expostas, percebe-se que o **Jornal Sem Terra**, através das colunas “Estados” e “América Latina” de fato reforça a identidade coletiva dos integrantes do MST, ajudando a transformar o sujeito individual num sujeito coletivo. Esta constatação se estende à seção “Liderança” que promove um intercâmbio entre as regionais do Movimento, revelando, assim, uma outra situação de integração, igualmente importante para o fortalecimento organizacional do MST.

6.2.2. Liderança

A coluna “Liderança”, de modo geral, é apresentada sob forma de perguntas e respostas que são introduzidas por um rápido perfil do líder entrevistado. Este líder pode ser um representante estadual da direção nacional do MST, um membro da própria direção nacional, ou um antigo militante do Movimento que se destaque, como a prefeita de Mundo Novo (MS), Dorcelina Fonador, entrevistada pelo Jornal na edição de dezembro de 1996.

Observa-se que quando o espaço é aberto para líderes da direção nacional, o discurso adotado pela coluna segue o mesmo padrão do “Editorial”. Isso se percebe nas edições de junho e julho de 1990, quando Ademar Bogo e José Rainha Júnior, respectivamente, atentam para a necessidade de organização e mobilização dos trabalhadores rurais sem-terra. É a partir de 1992 que se verifica, com mais ênfase, a construção de uma integração fundamentada no relato de experiências. A cada mês, um líder estadual, membro da coordenação nacional do MST, expõe a situação da regional que representa, contando um pouco de sua história organizacional e relatando sobre as suas principais dificuldades e suas últimas conquistas.

A partir destas informações, os trabalhadores rurais sem-terra ampliam seu conhecimento sobre o MST e sobre as ações que outros Estados estão promovendo. Com isso, eles não só têm a possibilidade de colocar em xeque a unidade do Movimento, mas também de reforçar a sua identidade coletiva

através do reconhecimento de uma situação de igualdade que se manifesta de norte a sul do País. Igualdade essa que não diz respeito apenas à exclusão dos sem-terra, mas à sua inserção num conjunto de ações que tentam amenizar a sua carência.

É importante que se diga que, embora a coluna “Liderança” seja personalizada, em nenhum momento os entrevistados assumem a posição de sujeito individual, mas sim de um sujeito coletivo que está inserido no mesmo espaço de “luta” de um sem-terra anônimo. Isso reforça a idéia de uma racionalidade construída pela história comum que impulsiona formas mais maduras de integração social. E esta maturidade se faz pelo reconhecimento de que as ações do MST devem ser decorrentes de um processo de aprendizado que envolve não apenas a terra, mas a idéia de que *“...o ser humano não deve ser objeto do sistema, mas sim um agente da história”* (JST, abr./maio 1997:6).

Contudo, ela também se manifesta na prática, no dia-a-dia dos trabalhadores rurais, conforme se apreende no depoimento da representante nacional do Estado do Ceará, Fátima Ribeiro:

“quando começamos no Ceará só tínhamos na cabeça a idéia de fazer ocupações, mas aos poucos fomos percebendo que já era hora de olharmos para a organização dos assentamentos, para que eles se tornassem espelhos para os sem-terra a serem mobilizados” (JST, dez. 1993:4).

Ou no comentário de Ênio Bohnemberger, do Rio Grande do Sul:

“aprendemos que a reforma agrária não depende somente de nós, mas também da correlação de forças na sociedade [...] hoje, não fazemos somente propaganda da reforma agrária na sociedade, também procuramos conscientizar de que ela não interessa somente aos sem-terra e de que a luta urbana não depende somente dos grupos urbanos. Conseguimos superar um pouco o nosso corporativismo” (JST, ago. 1994:4).

Apesar de a coluna “Liderança” ser um espaço aberto às opiniões de líderes do MST que, através dela, têm também a oportunidade de informarem sobre as ações implementadas por sua regional, ela se constitui, acima de tudo, em mais uma seção na qual as “lutas” estaduais podem se expressar. É um espaço, portanto, em que, de maneira mais específica, se demonstra a particularidade de cada Estado, fazendo com que as suas diferenças sejam

anuladas por uma causa maior. Assim, a seca no Rio Grande do Norte (JST, abr. 1993:4) e em Pernambuco, que também sofre com a dependência dos trabalhadores rurais pelo modelo colonial promovido pela cana-de-açúcar (JST, nov. 1993:4) e o desemprego, conseqüente da mecanização do corte de cana em São Paulo (JST, set. 1994:4), são realidades distintas que se cruzam na coluna “Liderança”, mas que se tornam uma só quando apontam a reforma agrária como “...*única perspectiva para resolver o problema da fome e da miséria neste País*” (JST, set. 1994:4).

Afirmações como esta estão presentes, de maneira direta ou indireta, em todas as seções “Liderança” analisadas que, de modo geral, também colaboram para solidificar a esperança do sem-terra, quando exemplificam um assentamento no Estado da Bahia (JST, jan./fev. 1996:4) que já conquistou energia elétrica, casas, água encanada, telefones comunitários e implementos necessários à sua produção. Ou quando divulgam um convênio de assistência técnica que assegura aos trabalhadores rurais do Ceará a perfuração de poços e a obtenção de 18 projetos do Programa da Terra (JST, dez. 1993:4).

A esperança também se constrói a partir da valorização que os líderes expressam pelas formas cooperativas de produção, consideradas um desafio para quem ainda não conseguiu implementá-las e uma vitória para as regionais que já as colocam em prática em alguns assentamentos. Através da coluna “Liderança” nota-se que a organização de uma cooperação agrícola é, de fato, vista como a realização de um sonho. Um sonho que não necessariamente significa “...*competir ou derrubar os oligopólios da agricultura*” (JST, set. 1994:4), mas que traz consigo o desejo de se obter um produto com qualidade que possa ser aceito com mais facilidade no mercado. E também como uma alternativa que recupera os laços de amizade e de solidariedade de uma comunidade que foram descartados pela racionalidade técnica, mas que tem se mostrado, para os sem-terra, como uma saída ou uma nova forma de integração social que permite superar as crises provenientes do sistema capitalista de produção (GOHN, 1997b:152-153).

A coluna “Liderança” reforça, portanto, a interação dos sem-terra por também ampliar as relações interpessoais dos integrantes do MST, assegurando o fortalecimento de sua identidade e o reforço da solidariedade em torno de suas ações. Dois aspectos que, embora importantes, não podem

ser considerados suficientes para que se interprete o Jornal como expressão de ação comunicativa, uma vez que ela abrange dois outros preceitos: a espontaneidade e a cooperação que, a partir de agora, passam a ser analisados.

6.3. A continuidade do processo de entendimento

Num primeiro momento, os conceitos de espontaneidade e cooperação revelam-se difíceis de serem operacionalizados quando submetidos à análise de um Jornal. Afinal, o que representaria a espontaneidade para um veículo impresso? Acredita-se que a resposta está numa linguagem menos formal e na *“transmissão humanizada das notícias”*, conforme defende MARCONDES (1989:149) *“... em que entrem impressões, opiniões, transcrições, observações não-elaboradas dos protagonistas dos fatos, sem que isso seja manipulado de forma piegas”*.

No que diz respeito à linguagem do Jornal, uma pesquisa realizada pelo MST com os seus integrantes, durante o III Congresso Nacional do Movimento, realizado em Brasília (DF), em julho de 1995, mostrou que ela é de fácil assimilação. Dos 1.694 formulários respondidos, 530 pessoas afirmaram que a linguagem é ótima, 573 que é boa, 108 consideravam-na regular e 99 optaram pela alternativa difícil, os 384 restantes não opinaram (JST, ago. 1996:7). Este resultado contemplaria, portanto, a idéia de que a facilidade em assimilar a linguagem adotada pelo Jornal garante a ele uma espontaneidade no relato dos fatos, que permite aos sem-terra tomar parte das interações que ele promove.

Aliado a isso, tem-se a *“transmissão humanizada das notícias”* que se faz presente em todas as edições do Jornal trabalhadas para esta pesquisa, seja através de relatos sobre fatos que envolveram os sem-terra, como aconteceu em junho de 1990, quando se publicou a versão do trabalhador rural, Onofre Ferreira, sobre um conflito no Estado de Goiás:

“com o despejo fomos ameaçados, principalmente porque recebemos muitas agressões dos soldados e do latifundiário José Caiado, pois mandou ordem para os soldados executarem a retirada de nós com urgência, pois se não ele, fazendeiro, iria retirar a gente sobre atos de violência” (JST, jun. 1990:9);

seja através da manifestação de sentimentos como o de Francisco de Assis Rodrigues que, também, após uma ação de despejo no Maranhão, afirmou: “...se quiserem matar, podem matar. Não tenho medo de morrer por trabalhar para sustentar meus filhos” (JST, jul./ago. 1990:8).

Em média, há a ocorrência de três depoimentos de sem-terra a cada edição do Jornal. Sem-Terra que aqui, especificamente, está sendo considerado como o trabalhador rural anônimo, sem nenhuma função de liderança. Em princípio, pode-se considerar esta frequência baixa, dado o número de páginas do Jornal. No entanto, ela reflete as dificuldades estruturais que acompanham o veículo, cuja equipe é formada por apenas seis jornalistas: dois na Secretaria Nacional do Movimento e quatro distribuídos nos Estados do Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul, Goiás e Santa Catarina.

Nos demais Estados, a cobertura jornalística é feita por militantes responsáveis pelo setor de comunicação do MST que assumem a função de correspondentes. Desta forma, ficam encarregados, segundo o editor do **Sem Terra**, Nilton Viana, de mandarem fotos e informações: “...as matérias não vêm prontas, até porque são militantes. Eles escrevem para mim contando o que aconteceu como se estivessem contando para um amigo. Às vezes, pego a informação por telefone, faço a matéria e edito...”⁸

A cooperação que se expressa na elaboração do **Jornal Sem Terra** é a mesma que o veículo procura incentivar através de suas matérias. Até porque, a cooperação e a solidariedade são motivações básicas do agir de um movimento social. Se o Jornal tem como pressuposto assegurar a identidade dos integrantes do MST e, conseqüentemente, solidificar a sua organização, ele o faz estimulando a idéia de que todos devem estar organizados em torno do desejo de se obter uma reforma agrária.

Em outros termos, isso significa não colocar a responsabilidade de uma causa apenas nas mãos do trabalhador rural sem-terra, mas de estendê-la, por exemplo, à toda sua família. E aqui está o que muitos consideram, de acordo com Nilton Viana, como um dos grandes diferenciais do MST se comparado a outras organizações rurais. Ele não organiza o indivíduo isolado, mas sim a família, ou seja, o pai, a mãe e os filhos. Neste sentido, expande as suas

⁸ Informações obtidas em entrevista concedida à autora em 1998.

formas de cooperação que, no Jornal, se expressam através da divulgação de encontros cada vez mais freqüentes entre as mulheres e, até mesmo, entre as crianças do MST.

Na edição de dezembro de 1993, o **Jornal Sem Terra** noticia sobre um encontro, em Santa Catarina, de 150 mulheres agricultoras, sendo que, *“...muitas tiveram que caminhar 10 km com os filhos nos braços. Todo este esforço foi realizado porque elas acreditam e têm necessidade de se organizar para poderem ampliar sua participação na sociedade...”* (JST, dez. 1993:5). Em 1996, a edição do mês de junho traz informações sobre uma reunião nacional entre as *“mulheres que militam e lideram o MST”* (JST, jun. 1996:4) que teve como objetivos *“...estudar, discutir e debater a questão da mulher na luta pela reforma agrária”*. Na ocasião, reconheceu-se a necessidade de se

“...desenvolver uma metodologia que levasse para dentro da organização a questão da discriminação da mulher, pois não se pode reduzir todos os problemas sociais às questões de classe. Assim, a proposta é discutir, valorizando o companheirismo, as questões afetivas e psicológicas para criar novas relações em que os resultados políticos, econômicos e sociais sejam distribuídos de forma igualitária entre homens e mulheres” (JST, jun. 1996:4).

Na edição de setembro de 1994, o Jornal abre espaço para divulgar a realização, no Rio Grande do Sul, do I Congresso Infantil do MST, cuja intenção seria promover a integração entre as crianças da cidade e do campo, para que elas pudessem falar, discutir e tirar propostas sobre os seus assuntos e, com isso, *“...modificar os espaços sociais, visando o seu desenvolvimento integral a partir do resgate de suas histórias e de seus sonhos”* (JST, set. 1994:6). Dois anos depois, outros congressos desta natureza realizados no Rio Grande do Norte, Maranhão, Pernambuco, Bahia e São Paulo mereceram destaque no **Jornal Sem Terra**, abrindo com isso a possibilidade de estendê-los a outros Estados.

Considera-se que a divulgação destes encontros, sucintamente exemplificados, trazem consigo um desejo maior do MST que é expandir para suas regionais a inclusão de uma prática cotidiana que valorize a mulher e os jovens no seu processo organizacional. Desta forma, o Jornal absorve e expressa aquilo que WARREN (1996:72) afirma ser um novo projeto dos movimentos sociais do campo que, inclusive, já foi mencionado como sendo

“...a centralidade da luta por uma cidadania integral” que, na sua opinião, se manifesta

“... através da utopia de construção de uma nova sociedade: mais justa do ponto de vista social, na qual o direito à terra para quem nela trabalha e vive, entre outros (cidadania social), seja respeitado; mais participativa e democrática, na qual os trabalhadores tenham suas organizações e formas de representação reconhecidas e consideradas (cidadania política); e na qual haja respeito à diversidade cultural (modo de vida camponês) ou de gênero (mulher camponesa)” (WARREN,1996:72).

São estes objetivos perseguidos pelo MST que o Jornal procura alinhar à medida em que alimenta e restabelece os laços sociais e a sociabilidade entre indivíduos que apresentam em comum as mesmas ressonâncias históricas de um passado comum. Não importa que sejam homens ou mulheres. O que está em jogo é uma situação de exclusão que o Jornal denuncia com a intenção de promover modificações nos valores dominantes e alterar situações de discriminação. Contudo, isso não se faz apenas no que diz respeito ao ambiente interno do MST, mas também com relação a outras organizações que, de alguma maneira, se identificam com o Movimento.

A amostra selecionada para esta pesquisa indica que, desde 1993, o Jornal tem procurado inserir notícias sobre outros movimentos sociais que se formam no País e que, de acordo com WARREN (1996:66) “...têm se influenciado reciprocamente”. Entre eles, destaca-se o Movimento dos Atingidos por Barragens e o das Mulheres Agricultoras. Mas são os índios que, de fato, ocupam maior espaço no Jornal do MST que, esporadicamente, publica uma seção intitulada como “Luta Indígena”, cujo fundamento básico é fortalecer ainda mais a corrente de articulação que deve se formar em torno da questão da terra.

Na verdade, ao divulgar outros movimentos e organizações que, de acordo com MARCONDES (1989:141) “...se encontram à margem dos processos políticos, econômicos e sociais”, o Jornal promove

“...a abertura de espaços informativos generalizados, que a ideologia liberal tem como proposta, mas que não pode se realizar em virtude do caráter da grande imprensa no capitalismo, subordinada aos imperativos econômicos de seus patrocinadores” (MARCONDES, 1989:141).

É a abertura destes espaços que permite ao MST, através de seu Jornal, recuperar a natureza cooperativa da linguagem que pressupõe a comunicação como diálogo.

Para que esta comunicação se realize é necessário que haja uma confiança recíproca entre os interlocutores e que os falantes não se preocupem apenas em falar de maneira compreensível, mas também de forma verdadeira, sincera e legítima. Ao associar esta observação, que segue o pensamento de HABERMAS (1988), à média 8,6 recebida pelo Jornal durante a pesquisa mencionada anteriormente (JST, ago. 1996:7), constata-se que no veículo do MST há elementos que o tornam inteligível, verdadeiro, sincero e justificado e que, por isso, é capaz de gerar uma concordância intersubjetiva entre os sem-terra.

Neste sentido, reconhece-se que a linguagem adotada pelo Jornal do MST, de fato, assume as funções de “...fomentar o entendimento mútuo, coordenar as ações e promover a socialização...” (ARAGÃO, 1992:50) entre os integrantes do Movimento. E isso se dá pelo fato de ele estar, de certa forma, apoiado nas três funções que caracterizam a linguagem, segundo Habermas, referido por ARAGÃO (1992:50):

“A função cognitiva [...] responsável pela aquisição, transmissão e crítica do conhecimento cultural, pois quando os participantes de uma comunicação buscam alcançar um entendimento sobre algo referente ao mundo objetivo, se colocam dentro de uma tradição cultural que usam, transmitem e criticam. A função apelativa, responsável pela coordenação de ações via pretensões de validade reconhecidas intersubjetivamente, já que, quando os participantes procuram chegar a um acordo sobre as normas vigentes, estão confiando na sua pertença a grupos sociais e, ao mesmo tempo, fortalecendo a integração desses mesmos grupos. Por fim, a função expressiva que possibilita a formação da identidade [...], pois quando se participa das interações com pessoas de referência agindo competentemente, internaliza-se as orientações de valores de seu grupo social e adquire-se capacidades generalizadas para a ação”.

Torna-se prudente ressaltar que em nenhum momento desta pesquisa pretendeu-se abordar o **Jornal Sem Terra** como elemento provocador das ações do MST, mas sim como um instrumento importante no que se refere ao fortalecimento de um processo comunicativo que torna mais visível as relações de poder e os conflitos sociais. A interpretação que ele promove dos fatos que estão diretamente relacionados aos sem-terra permite, conforme já foi dito em

outra ocasião, fazer com que eles se reconheçam como sujeitos coletivos e possuidores de capacidade para alterar as suas condições de vida.

Desta forma, ele reforça um entendimento que começou a ser construído nas primeiras reuniões promovidas pelas Comunidades Eclesiais de Base que, segundo Telles, citada por TARELHO (1988:236), “...*tornaram possível [...] a identificação dos participantes como sujeitos políticos e a realização de ações coletivas*”. Dois aspectos que continuam sendo sustentados pelo Jornal que, através dos argumentos que utiliza, contribui para a construção de uma racionalidade própria dos sem-terra. Racionalidade esta que Habermas, citado por COHN (1993:69), não considera como

“...expressão de alguma entidade abstrata (a Razão) nem como atributo da sociedade como um todo, mas sim como um processo que a qualquer momento pode ser desencadeado pela disposição e capacidade dos parceiros da interação, de sustentar discursivamente suas posições mediante argumentos. Disposição e capacidade vêm juntos, no caso. E isso num sentido forte: a capacidade discursiva traduz precisamente na disposição a praticá-la”.

Quando, portanto, o **Jornal Sem Terra** aborda que “*a burguesia e seus governos somente cedem com pressão e organização dos trabalhadores rurais*” (JST, jul./ago. 1990:2), ele não só expressa um reconhecimento, como também ajuda a construir um processo interativo em torno da idéia de que somente através das ocupações e das caminhadas, por exemplo, os desejos dos sem-terra serão satisfeitos. Contudo, é preciso que aqui se abra um parêntese para ressaltar que apenas as mobilizações nacionais, como o Grito da Terra Brasil, o Grito dos Excluídos, a Jornada de Luta e as caminhadas que envolvem trabalhadores de todo o País, como a de Brasília, em 1997, são previamente divulgadas pelo Jornal que incentiva a participação de todos, informando sobre a maneira como elas foram propostas, quando e onde acontecerão e quais serão os seus objetivos e principais reivindicações. Em nenhuma das 24 edições analisadas, observou-se algum tipo de preparação que antecederesse, por exemplo, a uma ocupação. Ela só é divulgada após a sua realização, ou seja, após ter se tornado um fato.

Fechado o parêntese, retoma-se à discussão de que as ocupações e as caminhadas são enfatizadas pelo Jornal como únicas alternativas para assegurar as conquistas dos trabalhadores rurais sem-terra. Sem falar no fato

de que também se constituem como um importante canal de comunicação que o MST mantém com a sociedade (JST, abr./maio 1997:2). Nota-se que, embora elas estejam atreladas à idéia de violência que, em princípio, contraria a concepção habermasiana de uma racionalidade baseada em argumentos, carregam consigo o desejo de defender um direito e de modificar uma situação instituída que coloca em xeque a vida do trabalhador rural.

Isso se mostra suficiente para que se possa considerá-las como ações argumentativas sim e, portanto, incoerentes com a afirmação do Ministro da Reforma Agrária, Raul Jungmann, que, no dia 18/03/1998, em cadeia nacional de rádio e televisão afirmou que os sem-terra “...ocupam prédios apenas para ocupar manchetes, pois faltam-lhes argumentos...”. Na verdade, as ocupações e as caminhadas são meios que o MST encontrou para forçar a realização da reforma agrária, já que segundo TARELHO (1988:179),

“os trabalhadores aprenderam [...] que, para se conquistar a terra, não adianta apresentar formalmente as suas reivindicações às autoridades governamentais [...] é preciso tomar a iniciativa, criando situações de fato, para obrigar o Estado a intervir”.

Entretanto, ele lembra que

“a ocupação, em geral, não é o primeiro recurso que os trabalhadores utilizam como instrumento de pressão. Na maioria dos casos, a ocupação acontece quando os trabalhadores percebem a indisposição do Estado para atender a demanda por eles apresentada. As primeiras tentativas são sempre no sentido de conseguir audiências com as autoridades governamentais para dialogar e “formalizar” as reivindicações. Apesar de desacreditadas, essas conversas iniciais são sempre importantes por dois motivos principais. Primeiro, porque obriga o governo, a tomar uma posição oficial em relação às demandas e a revelar, como tem ocorrido até agora, ora a sua impotência e ora a sua indisposição para intervir a favor destas demandas. E segundo, porque, com isso, os trabalhadores estão não só descobrindo os verdadeiros compromissos do governo, mas também aprendendo a negociar” (TARELHO, 1988:180).

A edição de junho de 1990 (JST, jun. 1990:10) exemplifica a observação de TARELHO quando informa sobre “...uma jornada de luta, massiva e de caráter nacional...” que o MST decidiu realizar em conjunto com o departamento rural da CUT (Central Única dos Trabalhadores), com a intenção de “...unificar em um mesmo movimento as diversas categorias de trabalhadores rurais para exigir do governo o atendimento às suas reivindicações”. A realização da jornada, que aconteceu em julho daquele ano,

coincidiria com o prazo de 60 dias que o MST teria dado ao governo Collor para atender as reivindicações que lhe foram entregues no dia 11 de maio e que, até aquele momento, só haviam recebido como respostas “...a repressão e o silêncio” (JST, jun.1990:10).

Através do Jornal do MST verifica-se que, de fato,

“...a solução política da luta pela terra começa com as ocupações dos latifúndios e se expande para a cidade, lugar onde será desenvolvida a negociação a respeito do problema apresentado pelos trabalhadores” (FERNANDES, 1996:240).

Contudo, independente das negociações que podem ou não ter um desfecho satisfatório, a expansão para a cidade torna as ações do MST mais expostas e leva a público não só a real situação do homem do campo, mas também as relações conflituosas que mantêm com os governos e latifundiários.

Acredita-se que a ocupação de prédios públicos e os atos de protesto realizados pelo MST nas cidades se constituem em ações estratégicas, ou seja, em ações que podem ser interpretadas em termos utilitaristas. Mas ao se levar em conta que elas também utilizam-se da linguagem, expressa através da ação e da palavra, e que podem ser consideradas como meio de entendimento entre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra e a sociedade, não se tem como dissociá-las do conceito de ação comunicativa. Até porque, conforme já foi apontado, elas trazem consigo argumentos que permitem aos participantes da comunicação (MST e sociedade) “...superarem a subjetividade inicial de seus respectivos pontos de vista...” (HABERMAS, 1988:27). Sem falar que as pretensões de validade intrínsecas a essas ações criam no indivíduo urbano a possibilidade de interpretar, questionar e revisar criticamente o modelo sistêmico implantado no País.

Neste sentido, torna-se prudente recorrer à COSTA (1997:182), quando afirma que o modelo de esfera pública trabalhado por Habermas não é

“...a de um simples palco para a encenação de atores estrategicamente voltados para a manipulação de opiniões, pois para ela dirigem-se também fluxos comunicativos condensados na vida cotidiana que encerram questões relevantes para o conjunto da sociedade”.

Segundo COSTA (1997:183), “com a canalização dos problemas tematizados na vida cotidiana à esfera pública, ativa-se a dimensão ofensiva dos atores da

sociedade civil...” O que poderia significar, remetendo a Habermas, uma tentativa de

“apresentar novas contribuições para as soluções dos problemas, de oferecer novas informações e de corroborar os bons motivos, denunciando os maus, de forma a introduzir um impulso gerador de alterações nos parâmetros constitucionais da formação da vontade política e pressionar os parlamentos, os judiciários e os governos em favor de determinadas políticas” (COSTA, 1997:183).

Conforme Melucci, citado por AVRITZER (1998:182), *“...a função principal do espaço público é trazer para a discussão aberta questões problematizadas pelos movimentos sociais [...] permitindo à sociedade como um todo assumir seus dilemas...”*. Ao transpor esta definição para o MST percebe-se, através do **Jornal Sem Terra**, que o Movimento sempre trouxe para a esfera pública as suas inquietações e, sobretudo, a violação de seus direitos. No entanto, acredita-se que o lema “ocupar, resistir e produzir” acabou restringindo as suas ações e, com isso, limitando a interação entre os sem-terra e a sociedade que, mesmo presenciando manifestações diversas do MST, consideravam-nas específicas ao campo e, portanto, distantes da realidade urbana e impossíveis de terem seus dilemas absorvidos.

O reforço deste argumento está no fato de que, até 1994, todas as matérias do **Jornal Sem Terra** que diziam respeito, por exemplo, às manifestações nacionais promovidas direta ou indiretamente pelo MST, reforçavam a idéia de se mobilizar, especialmente, as diferentes categorias de trabalhadores rurais. Reconhecia-se a necessidade de haver uma integração do campo com a cidade (JST, jun. 1990:6), mas isso ocorria muito mais no sentido de se propagar a “luta” do MST pela terra e pela reforma agrária, do que propriamente despertar na população urbana a relevância social que estas questões representavam.

Este fato se reverte quando o MST reconhece a necessidade de se inserir no espaço público a idéia de que a realização da reforma agrária não serviria apenas para aliviar os problemas do campo, mas também para diminuir o desemprego, a violência e a pauperização crescente verificada nos centros urbanos. Desta forma, ao substituir o antigo lema pelo “Reforma Agrária, uma luta de todos”, ele acaba ampliando a sua capacidade de entendimento com a sociedade, colocando-a numa situação de igualdade perante a uma política

neo-liberal que não apresenta soluções efetivas para erradicar os principais problemas sociais do País.

O aumento do número de ocupações realizadas pelo MST entre os anos de 1995 e 1996⁹ e, conseqüentemente, o crescimento dos conflitos agrários, levou o Movimento às manchetes dos principais jornais e noticiários brasileiros, com uma freqüência nunca vista. Se por um lado este fato permitiu o rompimento com o tabu que o tema reforma agrária representava e expôs uma organização disposta a lutar por seus interesses, por outro, promoveu uma rejeição de boa parte da sociedade contra o que o sistema, apoiado pela mídia, passou a considerar como “invasões”, embora a causa dos sem-terra venha sendo avaliada como justa.

Ao apoiar a luta pela reforma agrária e, ao mesmo tempo, rejeitar a principal forma de pressão utilizada pelo MST para obtê-la, a opinião pública demonstra, segundo BISOL (1997:56), que

“concorda com o fim, mas estigmatiza o meio, fazendo de conta que não sabe que os outros meios foram abolidos pela própria inversão ideológica do Poder, ou seja, uma reforma agrária sem sacrifícios para a propriedade rural tal como está distribuída. A mídia usa o mesmo mecanismo de “indução emotiva” nas greves. Concorda em que a greve é um direito universal do trabalhador, mas não concorda com o sacrifício social que lhe é inerente, como se numa sociedade tudo não dissesse respeito a todos”.

Apesar das críticas e discordâncias que possam haver em relação as ações adotadas pelo MST não se pode negar que tanto as ocupações, sejam de latifúndios ou de prédios públicos, como as caminhadas, estão acima das meras funções de pressão. Elas se revelam como instrumentos de denúncia social que, entre outras coisas, trazem à público a miséria do homem do campo, o modelo fundiário baseado na concentração de terra e a indiferença do Estado. Neste sentido, recuperam questões que foram eliminadas da esfera pública e colocadas à margem de um processo discursivo que sempre privilegiou o desenvolvimento urbano.

Embora estas observações não estejam explicitamente expressas no Jornal do MST, considera-se que ao associar as ocupações e outras manifestações à possibilidade de conquista, ele tenha motivado a realização

⁹ Em 1995, os sem-terra realizaram 146 ocupações com 30.476 famílias. Em 1996, foram 398 ocupações com 63.080 famílias.

destas ações em todo o País, contribuindo, assim, indiretamente, para modificar o universo imaginário da sociedade, ensinando-a a ver a realidade rural através de outros significados. Significados que deixam

“...de considerar a pessoa do grande proprietário de terras, como símbolo positivo [...] e as pessoas em condição de miséria absoluta, no caso os sem-terra, como algo a fingir que não se vê, ou como um bando de desordeiros, para considerá-los como lutadores...” (VARELLA, 1997:189).

Obviamente, a construção destes significados se dá também por intermédio de outros fatores que, apesar de não estarem relacionados ao desejo dos sem-terra, podem se apresentar como conseqüentes do processo de entendimento que se fez em torno da idéia de resistência que, especialmente no início da década de 90, foi trabalhada pelo MST e reforçada através de seu Jornal. O massacre de Eldorado dos Carajás, ocorrido no sul do Pará, no dia 17 de abril de 1996, que resultou na morte de 19 sem-terra e dezenas de feridos, foi um exemplo dessa “resistência” e uma manifestação pública de que *“...a conquista da terra exige consciência, organização e sacrifício...”* (JST, ago. 1991:15). Ao mesmo tempo, constituiu-se num alerta para a sociedade de que ela não pode mais fechar os olhos para a “luta” do Movimento que, entre os anos de 1985 e 1995, provocou 922 assassinatos, 820 tentativas de homicídio e 2.412 ameaças de morte no campo (VARELLA, 1997:201).

O episódio de Eldorado dos Carajás, que, inclusive, alcançou a mídia internacional, foi resultante de um confronto entre a Polícia Militar e centenas de famílias sem-terra que caminhavam por uma rodovia em direção à capital do Estado do Pará. Apesar da tragédia que caracterizou este acontecimento, ele não provocou o recuo dos sem-terra. Pelo contrário, hoje, segundo um dos líderes do MST no Pará, Jorge Neri, *“um camponês sem-terra olha para cima, fala, grita e é capaz de ir para luta buscar aquilo que sempre lhe foi negado: terra, democracia e liberdade”*. (JST, maio 1996:4).

Através do **Jornal Sem Terra** percebe-se que o episódio referido promoveu uma rede de solidariedade que não só ampliou as relações interativas mantidas pelo MST, como também forçou a abertura de negociações diretas com o governo federal, o que culminou na demissão do Ministro da Agricultura, Andrade Vieira, e na vinculação do Incra à presidência

da República, através da criação do Ministério Extraordinário da Reforma Agrária. A edição de maio de 1996 confirma esta observação ao noticiar sobre uma audiência realizada entre alguns membros da coordenação nacional do MST e o presidente Fernando Henrique Cardoso que, na ocasião, estava acompanhado pelo Ministro da Reforma Agrária, Raul Jungmann, pelo ex-presidente do Incra, Raul do Valle e pelo Chefe da Casa Militar, General Alberto Cardoso.

Vale lembrar que a ênfase deste estudo permite revelar que a matéria publicada na edição de maio serviu não apenas para informar aos integrantes do MST sobre o encontro e divulgar os pontos fundamentais que a coordenação nacional do Movimento apresentou ao presidente para que se acelerasse o processo da reforma agrária, mas também para contrapor os argumentos de Fernando Henrique Cardoso às suas ações. Com o título “*As “promessas” do presidente*”, a matéria desmascarou o seu discurso, lembrando que “*...passado quase um mês da audiência, a prática do Governo tem se revelado bem distinta da teoria...*”, já que nenhuma das medidas sugeridas havia sido tomada.

A rede de solidariedade formada a partir do episódio de Eldorado dos Carajás não se limitou ao costumeiro apoio da Igreja, de partidos políticos, de estudantes universitários e, ou, de outros movimentos sociais. Ela expandiu-se para outros setores como o Instituto de Arquitetos do Brasil do Rio de Janeiro que, em dezembro de 1996, premiou o MST em função da sua “*atuação relevante para a sociedade brasileira*” (JST, jan. 1997:15). Durante a entrega do prêmio, recebido por João Pedro Stédile e Marina dos Santos, um dos diretores do IAB, Antônio Pedro de Alcântara, ressaltou as semelhanças entre as atividades do arquiteto e do trabalhador rural

“o trabalhador do campo, que produz os frutos e alimentos que nos dão alegria de viver são semelhantes aos arquitetos que colocam a arte e a técnica a serviço do homem por trabalharem também com um projeto a ser concretizado, preocupando-se com as condições oferecidas pela natureza: o sol, a chuva, os ventos e a terra. Além disso, o que prejudica o trabalho dos sem-terra e dos arquitetos é o mesmo tipo de “praga”: a especulação. No campo, é a territorial, na cidade, é a especulação imobiliária” (JST, jan. 1997:15).

A solidariedade dos servidores do Incra também foi importante para confirmar as mudanças que o episódio do Pará provocaram nas relações

interativas mantidas pelo MST. Através da publicação de um manifesto, em setembro de 1996, a Confederação Nacional das Associações dos Servidores do Incra reconheceu “...a falta de vontade política do Governo em executar a reforma agrária” e apontou

“...o descaso governamental como a causa maior da incomensurável violência que se abate sobre o campo e da situação de desespero de milhares de famílias de trabalhadores rurais sem-terra que se encontram anos a fio sob lonas, à margem de estradas...”

Além de considerar como “...absurdas e inseqüentes as atitudes do Governo em responsabilizar publicamente o Incra e seus servidores pela morosidade na implementação das ações de reforma agrária”, o manifesto expôs publicamente o testemunho de que

“as pressões realizadas pelos trabalhadores rurais e suas organizações, reconhecidas como legítimas dentro de um processo democrático, em meio às circunstâncias e as adversidades que as envolvem, não são ameaças à segurança pessoal dos servidores do Incra, nem ao patrimônio, haja vista o fato de esta situação perdurar há mais de 10 anos, sem que se tenha notícia de qualquer incidente mais sério, a despeito de alguns excessos perfeitamente contornáveis via diálogo” (JST, set. 1996:6).

Mas sem dúvida a maior manifestação de apoio recebida pelo MST se verificou durante a “Marcha Nacional por Reforma Agrária, Emprego e Justiça” que, exatamente, um ano após o episódio de Eldorado dos Carajás reuniu, em Brasília, cerca de 100 mil trabalhadores de todo o País. O evento que ficou conhecido como a Caminhada dos Sem-Terra teve como principal objetivo “...abrir canais de comunicação com a sociedade” (JST, abr./maio 1997:2). Em função disso, por onde os sem-terra passavam promoviam debates, reuniões e encontros que lhes permitiram denunciar “...a inoperância do governo [...] em viabilizar a democratização da estrutura fundiária do País” e “ouvir a sociedade...” ou, mais especificamente, as pessoas da cidade que “...também estão sofrendo com a política neo-liberal imposta por FHC”.

Além de obter a solidariedade da sociedade, materializada através de

“doações de alimentos, roupas, remédios, das visitas aos acampamentos, das conversas e palavras de incentivo, das compras dos materiais de propaganda, da abertura de espaços nos meios de comunicação...” (JST, abr./maio 1997:2),

a Marcha garantiu aos sem-terra audiências com o presidente Fernando Henrique Cardoso, com o presidente do Senado Federal, Antônio Carlos Magalhães, com o presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer e com o presidente do Supremo Tribunal Federal, Sepúlveda Pertence.

Todas as audiências foram divulgadas pelo **Jornal Sem Terra** que, através da reprodução de trechos dos discursos proferidos na ocasião, apresentou aos trabalhadores rurais o pensamento dos três poderes - Executivo, Legislativo e Judiciário - sobre a reforma agrária. Com isso, reforçou a construção de uma visão crítica nos trabalhadores rurais que, mais uma vez, puderam constatar que entre o discurso e a prática do Estado há uma longa distância. Talvez em função deste reconhecimento é que o MST não esperava “nada” do encontro mantido com o presidente Fernando Henrique Cardoso, a não ser que “...cada uma das partes falassem a verdade e manifestassem claramente sua opinião” (JST, abr./maio 1997:8).

Este fato, no entanto, não anulou a satisfação do Movimento com relação aos resultados obtidos pela Caminhada que, através do **Jornal Sem Terra**, foi considerada como “...um marco na história de nosso País” (JST, abr./maio 1997:2). Nem tampouco anulou o esforço dos trabalhadores rurais que, mais uma vez, tiveram suas ações valorizadas pelo Jornal. E isso se deu em função do reconhecimento de que “o sacrifício, a saudade de casa e da família, o cansaço e as doenças foram superadas heroicamente por cada um dos caminhantes...” (JST, abr./maio 1997:2) que, juntos, conseguiram derrubar “...a tática do governo de querer nos isolar da sociedade para depois bater”.

Em princípio, a realização da Caminhada de Brasília poderia, ser entendida como mais um ato de protesto entre tantos realizados na história do País. No entanto, considera-se que mais do que “...levantar objeção, discordar ou querer negar-se a algo” (PROSS, 1997:19) que é o significado essencial da palavra protesto, ela representou “...a possibilidade de discutir, a partir de argumentos racionais, questões que anteriormente eram debatidas a partir de monopólios de interpretação detidos por macroinstituições” (AVRITZER, 1998:178).

Através de um tema, conseguiu estabelecer uma ligação entre os que protestavam (sem-terra), os destinatários do protesto (Estado) e o público, sinalizando, com isso, a construção de um entendimento que pôde não

representar a efetivação da reforma agrária, mas, que com certeza, resultou no reconhecimento da importância do trabalhador rural como sujeito histórico. Ao mesmo tempo que permitiu ao MST apresentar à população brasileira os temas que envolvem a sua identidade, a Caminhada deu ao Movimento a rara chance de “*mostrar o Brasil real para o Brasil oficial*”¹⁰ e aos sem-terra a possibilidade de “*...recuperar o sonho e a vontade de lutar por uma sociedade justa, igualitária e democrática*” (JST, abr./maio 1997:2).

Como ação de protesto, ela se constituiu numa forma de comunicação que trouxe consigo “*...uma resposta decidida, pública, que contradiz uma comunicação precedente*” (PROSS, 1997:21). E trouxe também a confirmação de que o desenvolvimento da mídia não anula a linguagem do corpo, da emoção, do sofrimento e da esperança. Embora, tenha se transformado num fato jornalístico, a Caminhada representou a capacidade do MST, enquanto sujeito coletivo, de driblar os bloqueios comunicativos impostos pela mídia e ampliar o seu espaço de luta e resistência que é conseqüente de um processo reflexivo construído por diversos instrumentos, entre eles o **Jornal Sem Terra** que, em nenhum momento, associa as ações de massa realizadas pelo Movimento à intenção de serem divulgadas pela imprensa.

Vale acrescentar que o processo reflexivo acima mencionado é decorrente não apenas de uma leitura individualizada do Jornal, mas também do incentivo de uma leitura coletiva que amenize as dificuldades relacionadas ao analfabetismo que é um fato presente na organização. E isso se faz não apenas através de encontros formais e informais entre os integrantes do MST, mas da crescente utilização do **Jornal Sem Terra** como suporte pedagógico das escolas mantidas pelo Movimento. Num acampamento do Mato Grosso do Sul, por exemplo, a professora Adriana Aparecida de Almeida, lança mão do Jornal para criar nas crianças a necessidade da leitura e da interpretação de texto, que, segundo um outro professor, o agrônomo Arcelei Bambil, “*...confunde-se com a interpretação da realidade, já que escola, Jornal e acampamento passaram a ser um universo único*” (JST, fev. 1997:8).

Na tentativa de exemplificar o potencial pedagógico do **Jornal Sem Terra**, a edição de fevereiro de 1997 mostra aos integrantes do MST a

¹⁰ Título de uma matéria publicada pelo **Jornal Sem Terra** em abril/maio de 1997.

experiência prática da professora Adriana que costuma distribuir o Jornal aos alunos para que procurem o texto ou o título que mais lhes chamem a atenção. A partir daí, ela dá início a uma discussão que é seguida da criação de objetos e instrumentos feitos com o manuseio do próprio Jornal para que se possa construir um texto coletivo que, conforme o exemplo, reproduz “...os ideais de luta, de resistência, de uma história de dor e conquista” (JST, fev. 1997:8).

- Era uma vez um sujeitinho (**boneco**) que foi para o campo de batalha...
- de **chapéu** ele foi até a fazenda e plantou uma **árvore** com a **enxada**...
- mas o fazendeiro veio com a **foice** para cortar a árvore que ele plantou...¹¹

6.4. A luta pelo direito de comunicar

A discussão iniciada pelo MST, em 1995, em torno da formalização de uma política de comunicação própria do Movimento reflete a sua indignação com o controle de informação existente no Brasil que já se manifesta, em 1991, através do comentário de que

“no dia 15 de março ocorreram protestos em todo o País contra um ano de farsa do governo Collor. Entretanto, os meios de comunicação [...] não deram o destaque merecido a essas manifestações populares. Este é um exemplo de como os proprietários das grandes empresas de comunicação manipulam as informações e, de acordo com seus lucrativos interesses, ajudam o governo da mentira a enganar a opinião pública” (JST, abr. 1991:13).

Por esta razão, o MST considera

“...urgente que os trabalhadores e o movimento sindical lutem contra os monopólios dos meios de comunicação. Afinal, uma sociedade democrática pressupõe uma distribuição de renda justa e também o acesso dos trabalhadores aos meios de comunicação, como o rádio e a televisão...” (JST, abr. 1991:13).

Esta percepção demonstra que, para o MST, a imprensa também estaria associada aos subsistemas econômico e político, formando um tripé, juntamente com a Polícia Militar e o poder Judiciário, que “...segue os interesses dos latifundiários e é sempre posto em ação para perpetuar a atual estrutura fundiária..” (JST, abr. 1991:13). Neste sentido, é que se torna comum,

¹¹ As palavras em negrito correspondem aos objetos construídos pelas crianças com o Jornal.

especialmente no “Editorial” do **Sem Terra**, a argumentação de que a imprensa não faz prevalecer a verdade dos sem-terra, mas “...*somente a versão policial [...] e os interesses dos latifundiários...*” (JST, abr. 1993:2).

É em torno desta reflexão que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra vai despertando em seus militantes a visão de que a “luta” pela reforma agrária também passa pela “luta” da democratização dos meios de comunicação de massa que pode se iniciar a partir da regulamentação das rádios comunitárias. Os argumentos que fundamentam esta percepção se constroem no Jornal a partir de exemplos práticos que ocorrem em alguns acampamentos e assentamentos do Movimento e que, de alguma forma, vem revelando que “*a cultura e arte podem ajudar a romper o aramado que isola e dificulta a vida no campo...*” (JST, out. 1997:14).

Isso ficou claro na instalação de uma rádio livre na II Olimpíada da Reforma Agrária, promovida pelo MST, em 1996, no município de Rosana (SP), que permitiu aos sem-terra participar do dia-a-dia da cidade, elaborando uma programação de entrevistas, boletins informativos, noticiários de esportes, musicais, flashes ao vivo da rua e debates. Tudo conduzido pelos próprios trabalhadores rurais que vêm nas rádios comunitárias a esperança de um novo espaço de expressão e a possibilidade de ampliar a sua interação com a sociedade.

A manutenção de um veículo próprio de comunicação do MST pode representar uma saída para superar os entraves burocráticos impostos pela política comunicativa praticada no Brasil, cujo sistema de concessão está atrelado a interesses políticos e econômicos que demonstram a perspectiva sistêmica referida por HABERMAS (1988). Desta forma, entende-se que o Jornal do MST, as rádios comunitárias, a Revista Sem Terra e todos os outros instrumentos comunicativos mantidos pelo Movimento se colocam como uma forma de emancipação a esse tipo de dominação que influi diretamente na comunicação exercida no País. Entretanto, considera-se que mais do que promover uma comunicação isenta de dominação, cabe, essencialmente, ao **Jornal Sem Terra** a possibilidade de despertar nos trabalhadores rurais a capacidade que têm como agentes transformadores. Ao associar suas informações à prática concreta dos sem-terra, o Jornal ajuda-os a superar as barreiras para a prática real.

7. RESUMO E CONCLUSÕES

As observações expressas por Habermas na Teoria da Ação Comunicativa sobre movimentos sociais estão fundamentalmente associadas ao reconhecimento de que nas últimas décadas (especialmente nas de 70 e 80) eles deixaram de centralizar suas reivindicações em torno de aspectos relacionados à reprodução material ou à distribuição, institucionalizada pelo Estado, para incorporar outras preocupações que dizem respeito à reprodução cultural, à integração social e à socialização. Os movimentos ecológico, feminista, anti-nucleares, entre outros, exemplificam, segundo o autor, a incorporação de aspectos que estão diretamente relacionados à qualidade de vida, à igualdade de direitos e à participação.

Embora o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra esteja atrelado ao conceito de distribuição, já que ele reivindica a desconcentração da propriedade fundiária brasileira, considera-se que a maneira como ele se coloca no espaço público dá margem para outras interpretações que ajudam a explicar o seu atual significado político. Aprisioná-lo à idéia de um movimento “baderneiro” e, ou, “inconseqüente” significa ignorar a sua importância na promoção de um debate nacional que vem se realizando, no final dos anos 90, em torno do tema Reforma Agrária, como se essa fosse uma causa da atualidade.

Apesar de a distribuição de terra ser a mola propulsora do MST, ele se constitui como um movimento de resistência às normas e valores impostos pela

esfera sistêmica que, apesar de muitas tentativas, não conseguiu impedir o desenvolvimento de uma integração social entre os sem-terra. Uma integração que se solidificou a partir da criação de novas possibilidades de expressão e comunicação que propiciaram o desenvolvimento de uma identidade pessoal e coletiva e, conseqüentemente, o fortalecimento do mundo vivido dos sem-terra, em torno do qual os valores podem ser compartilhados e o entendimento alcançado.

A interpretação do **Jornal Sem Terra** sob o enfoque da Teoria da Ação Comunicativa permite revelar o MST como um movimento social que coordena as suas ações por intermédio de normas intersubjetivamente reconhecidas. Esta constatação possibilita interpretá-lo como um movimento que não busca somente o sucesso de suas ações, mas que também objetiva a construção de um entendimento que fundamenta o agir de seus integrantes. Obviamente, este entendimento se relaciona à necessidade que os trabalhadores rurais têm de se emancipar dos limites materiais impostos pela escassez econômica. Porém, ele também se associa à busca por uma emancipação dos limites comunicativos impostos pela dominação, que exclui a participação dos trabalhadores rurais sem-terra nos processos sociais que os afetam, direta ou indiretamente.

Ao transformar fatos em argumentos, o MST constrói uma razão que vem sendo mobilizada para defender suas posições, na tentativa de modificar uma situação que perdura há séculos. E esta razão não é conseqüente de uma decisão individual, isolada, mas implementada socialmente, através de processos interativos que o MST procura preservar com o **Jornal Sem Terra**. Se as reuniões permitiram o reconhecimento de sujeitos iguais e trouxeram à tona aspectos subjetivos dos sem-terra, ao Jornal cabe a função de dar continuidade a uma história que foi interrompida nos anos 60.

A crítica e o questionamento que ele promove dos valores instituídos, bem como a valorização do trabalhador rural como agente transformador, permitem ao Jornal reforçar a interação dos sem-terra com o mundo dos objetos, com o mundo das pessoas e com a sua própria vida interior. Neste sentido, ele auxilia na construção de uma razão que não segue a trajetória daquela que o sistema impôs como ideal, mas que é capaz de recuperar os laços sociais, a participação e o sonho por uma sociedade mais justa.

As notícias publicadas pelo Jornal do MST não reproduzem o medo. Elas reforçam a esperança e a ação que estão contidas num amplo processo de aprendizagem que fundamentou a interação entre os sem-terra e que se manifesta no espaço público através das ações de protesto coletivo e das ocupações que o Movimento realiza. É por intermédio destas ações, que aqui foram consideradas como práticas comunicativas, que o MST amplia para a sociedade uma situação que, até meados da década de 90, era tida como peculiar a um grupo social. Com isso, partilha coletivamente o seu aprendizado que pode contribuir para que ocorram na sociedade algumas transformações evolutivas.

A Teoria da Ação Comunicativa não se coloca aqui como uma proposta de solução para o problema dos sem-terra, mas sim para demonstrar que a lógica da integração sistêmica não conseguiu anular a história coletiva e as experiências do homem do campo que, através do MST, voltaram à tona. Independente das suas diferenças internas, ele vem conseguindo promover um entendimento entre os sem-terra, baseado na crítica, na reflexão e no questionamento e, com isso, recuperando a disposição de se lutar por uma causa e por um sonho que é reforçado mensalmente através de seu Jornal.

O que se pretendeu com este trabalho foi fundamentar a idéia de que o destaque organizacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra bem como a sua visibilidade pública são conseqüentes da incorporação de novos valores aos conceitos de cidadania, de direitos humanos e de democracia. E isso se fez a partir do estabelecimento de comunidades comunicativas que permitiram aos sem-terra rever os valores que fundamentaram uma integração sistêmica. Uma integração que colocou à margem o cotidiano rural, mas que tem condições de ser revertida ou amenizada através do MST que, nas últimas décadas, tem se mostrado como a única organização rural com capacidade de despertar na sociedade e no próprio poder público uma nova consciência política.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMO, C. **A regra do jogo**. São Paulo: Schwarcz, 1988. 270 p.
- ALBUQUERQUE, E.M. **Invenções, mutações: o progresso científico-tecnológico em Habermas, Offe e Arrow**. Belo Horizonte: UNA, 1986. 205 p.
- ARAGÃO, L.M.C. **Razão comunicativa e teoria social crítica em Jürgen Habermas**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1992. 146 p.
- ARATO, A. Uma reconstrução da teoria hegeliana de sociedade civil. In: AVRITZER, L. **Sociedade civil e democratização**. Belo Horizonte: Del Rey, 1994. p. 105-112.
- ARAÚJO, S.M.P. A ação social e comunicação: ação comunicativa? **Revista Brasileira de Comunicação**, São Paulo, v. 14, n. 64, p. 20-32, 1991.
- AVRITZER, L. **A moralidade da democracia**. Belo Horizonte: Perspectiva, 1996. 168 p.
- AVRITZER, L. Teoria crítica e teoria democrática: do diagnóstico da impossibilidade da democracia ao conceito de esfera pública. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 104, p. 167-188, 1998.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Rio de Janeiro: Edições 70, 1977. 225 p.
- BELTRÁN, L.R. Las PNC son propuestas de cada país. **Revista Boliviana de Comunicación**, La Paz, n. 10, p. 1-4, 1987.
- BISOL, J.P. Ocupar o latifúndio é justo é necessário. In: STÉDILE, J.P. **Questão agrária no Brasil**. São Paulo: Atual, 1997. p.56-57.

- BRASIL. Constituição. Constituição da República Federativa do Brasil. Art.5. **Dos direitos e deveres individuais e coletivos**. Viçosa, MG: UFV, Impr. Univ.,1998. p. 5.
- BRONNER, S.E. **Da teoria crítica e seus teóricos**. Campinas: Papirus, 1997. 432 p.
- CALDART, R.S., KOLLING, E.J. O MST e a educação. In: STÉDILE, J.P. (Org.). **A reforma agrária e a luta do MST**. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 223-242.
- COHEN, J. Sociedade civil e teoria política. In: AVRITZER, L. **Sociedade civil e democratização**. Belo Horizonte: Del Rey, 1994. p. 95-104.
- COHN, G. A teoria da ação em Habermas. In: CARVALHO, M.C.B. (Org.). **Teorias da ação em debate**. São Paulo: Cortez, 1993. p. 63-75.
- COSTA, S. Contextos da construção do espaço público no Brasil. **Revista Novos Estudos**, São Paulo, n. 47, p. 179-192, 1997.
- COUTO, A.T. **Questão agrária na imprensa - o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra na Folha de São Paulo**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 19, 1996, Londrina. **Anais...** Campinas: INTERCOM, 1996. p. 1-11.
- FALEIROS, V.P. Estados e massas na atual conjuntura. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 1, n. 1, p. 25-37, 1986.
- FERNANDES, B.M. **MST: formação e territorialização**. São Paulo: Hucitec, 1996. 285 p.
- FERNANDES, B.M. Formação, espacialização e territorialização do MST. In: STÉDILE, J.P. (Org.). **A reforma agrária e a luta do MST**. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 133-155.
- FREITAG, B. **A teoria crítica ontem e hoje**. 5.ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. 184 p.
- FREITAG, B., ROUANET, S.P. (Orgs.). **Habermas**. São Paulo: Ática, 1980. 216 p.
- GOHN, M.G. **Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Loyola, 1997a. 383 p.
- GOHN, M.G. **Os sem-terra, ONGs e cidadania**. São Paulo: Cortez, 1997b. 172 p.
- GOMES, P.G. **Comunicação social: filosofia, ética, política**. São Leopoldo, RS: Unisinos, 1997. 126 p.

- GRZYBOWSKI, C. **Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo**. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 1991. 90 p.
- HABERMAS, J. **Teoría de la acción comunicativa**. Madrid: Taurus I-II, 1988. 618 p.
- HABERMAS, J. **Consciência moral e agir comunicativo**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989. 236 p.
- HABERMAS, J. **Pensamento pós-metafísico**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990. 271 p.
- KUSCHICK, C.L.B. **Campos em confronto: jornalismo e movimentos sociais - relação entre o Movimento Sem-Terra e a Zero Hora**. São Paulo: USP, 1996. 326 p. Tese (Doutorado em Ciências - Comunicação) - Universidade de São Paulo, 1996.
- MARCONDES, C.F. **O capital da notícia jornalismo como produção social da segunda natureza**. 2.ed. São Paulo: Ática, 1989. 188 p.
- MARCONDES, D. **Filosofia, linguagem e comunicação**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1992. 140 p.
- MEDEIROS, L.S. **História dos movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro: Fase, 1989. 215 p.
- MELO, J.M. **A opinião do jornalismo brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 1985. 166 p.
- MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM-TERRA - MST. **Por uma política de comunicação do MST**. São Paulo: 1995. 9 p. (Documento interno).
- NAVARRO, Z. Sete teses equivocadas sobre as lutas sociais no campo, o MST e a reforma agrária. In: STÉDILE, J.P. (Org.). **A reforma agrária e a luta do MST**. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 111-132.
- NETTO, J.P. Nótula à teoria da ação comunicativa de Habermas. In: CARVALHO, M.C.B. (Org.). **Teorias da ação em debate**. São Paulo: Cortez, 1993. p. 49-61.
- NOVO MANUAL DE REDAÇÃO. 2.ed. São Paulo: Folha de São Paulo, 1993. 331 p.
- PROSS, H. **A sociedade do protesto**. São Paulo: Annablume, 1997. 198 p.
- RODRIGUES, A.D. **Estratégias da comunicação**. Lisboa: Editorial Presença, 1990. 223 p.

- ROUANET, S.P. Ética iluminista e ética discursiva. **Revista Tempo Brasileiro - Jürgen Habermas: 60 anos**, Brasília, n. 1, p. 23-78, 1989.
- SIEBENEICHLER, F.B. **Jürgen Habermas: razão comunicativa e emancipação**. 3.ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1994. 181 p.
- SOARES, I.O. **Sociedade da informação ou da comunicação**. São Paulo: Cidade Nova, 1996. 80 p.
- STÉDILE, J.P. A luta pela reforma agrária e o MST. In: STÉDILE, J.P. (Org.). **A reforma agrária e a luta do MST**. São Paulo: Vozes, 1997a. p. 95-110.
- STÉDILE, J.P. **Questão agrária no Brasil**. São Paulo: Atual, 1997b. 71 p.
- STÉDILE, J.P. O líder dos sem-terra ataca jornalistas e empresários de comunicação. **Imprensa**, vol.11, n.131, p. 21-26, 1998. (Entrevista).
- TARELHO, L.C. **Da consciência dos direitos à identidade social: os sem-terra de Sumaré**. São Paulo: PUC, 1988. 261 p. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1988.
- TORRENS, J.C.S. O processo de construção das linhas políticas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. In: MEDEIROS, L., BARBOSA, M.V., FRANCO, M.P., ESTERCI, N., LEITE, S. (Orgs.). **Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar**. São Paulo: UNESP, 1994. p. 145-156.
- VARELLA, M.D. O MST e o direito. In: STÉDILE, J.P. (Org.). **A reforma agrária e a luta do MST**. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 189-208.
- WARREN, I.S. **Redes de movimentos sociais**. 2.ed. São Paulo: Loyola, 1996. 143 p.

APÉNDICE

APÉNDICE